

Pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica de empresas instaladas na respetiva zona industrial

(Apuramento de responsabilidade financeira)

RELATÓRIO N.º 01/2024 – FS/SRATC

AUDITORIA



SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

Relatório n.º 01/2024 – FS/SRATC

Pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica de empresas instaladas na respetiva zona industrial

(Apuramento de responsabilidade financeira)

Ação n.º 22/D262-01ARF4

Aprovação: 29-02-2024

Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Palácio Canto

Rua Ernesto do Canto, n.º 34

9504-526 Ponta Delgada

Telefone: 296 304 980

sra@tcontas.pt

www.tcontas.pt

Salvo indicação em contrário, a referência a normas legais reporta-se à redação indicada em apêndice ao presente relatório.

As hiperligações e a identificação de endereços de páginas eletrónicas referem-se à data da respetiva consulta, sem considerar alterações posteriores.

Índice

Índice de quadros	4
Índice de figuras	4
Siglas e abreviaturas	5
Sumário	6

PARTE I INTRODUÇÃO

1. Antecedentes e fundamento da ação	7
2. Natureza, âmbito e objetivos	8
3. Metodologia	8
4. Condicionantes e limitações	8
5. Contraditório	9

PARTE II ENQUADRAMENTO NORMATIVO

6. Atribuições dos municípios e competências dos seus órgãos	10
7. Regime financeiro e autorização de despesas	13
8. Sistema de controlo interno	14
9. Regime da responsabilidade financeira	15

PARTE III OBSERVAÇÕES DA AUDITORIA

10. Factos apurados	17
10.1. Constituição do órgão executivo do Município de São Roque do Pico	17
10.2. Estrutura de organização dos serviços do Município de São Roque do Pico	17
10.3. Criação do Parque Empresarial – Zona Industrial	19
10.4. Protocolo celebrado com empresa privada	20
10.5. Pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica para obras	21
10.5.1. Fornecimento de energia elétrica pela EDA (faturação de 13-10-2005 a 18-10-2009)	21
10.5.2. Fornecimento de energia elétrica pela EDA, com aumento de potência (faturação de 21-10-2009 a 10-11-2011)	26
10.5.3. Fornecimento de energia elétrica pela EDA, com aumento de potência (faturação de 11-11-2011 a 31-01-2013)	27
10.5.4. Fornecimento de energia elétrica pela EDA (faturação de 01-02-2013 a 31-12-2021)	28
10.5.5. Fornecimento de energia elétrica pela EDA, com aumento de potência (faturação de 01-01-2022 a 31-04-2022)	33

10.6. Realização de empreitadas de obras públicas	34
10.6.1. Remodelação do PT da zona industrial de São Roque do Pico (2008)	34
10.6.2. Infraestruturação do Parque Empresarial da Zona Industrial de Santo António –São Roque do Pico (2019)	34
10.6.3. Execução de infraestruturas de abastecimento de energia elétrica e telecomunicações em alguns lotes do Parque Empresarial de São Roque do Pico (2022)	35
10.7. Sistema de controlo interno instituído	36
10.8. Síntese da matéria de facto	36
11. Apreciação	38
11.1. Ilegalidade das despesas incorridas pelo Município de São Roque do Pico com o consumo de energia elétrica por parte de empresas privadas instaladas no respetivo Parque Empresarial - Zona Industrial	38
11.2. Eventual responsabilidade financeira	38

PARTE IV CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

12. Principais conclusões	41
13. Recomendação	43
Decisão	44
Conta de emolumentos	45
Ficha técnica	46
Anexo	
Resposta dada em contraditório	47
Apêndices	
I – Loteamento do Parque Empresarial	50
II – Áreas infraestruturadas e por infraestruturar do Parque Empresarial	51
III – Fornecimento de energia elétrica para obras	52
III.01 – Contrato de 12-10-2005	52
III.02 – Carta/aviso da EDA, de 11-09-2006	53
III.03 – Carta/aviso da EDA, de 10-09-2007	54
III.04 – Carta/aviso da EDA, de 15-09-2008	55
III.05 – Contrato de 20-10-2009	56
III.06 – Carta/aviso da EDA, de 20-09-2010	57
III.07 – Contrato de 11-11-2011	58
III.08 – Carta/aviso da EDA, de 19-03-2012	58
III.09 – Contrato de 18-12-2012	59
III.10 – Carta/aviso da EDA, de 02-12-2013	60
III.11 – Carta/aviso da EDA, de 01-12-2014	61
III.12 – Carta/aviso da EDA, de 30-11-2015	62

III.13 – Carta/aviso da EDA, de 28-11-2016	63
III.14 – Carta/aviso da EDA, de 05-12-2017	64
III.15 – Carta/aviso da EDA, de 03-12-2018	65
III.16 – Carta/aviso da EDA, de 09-12-2019	66
III.17 – Carta/aviso da EDA, de 30-11-2020	67
III.18 – Contrato de 20-01-2022	68
IV – Fornecimento de energia elétrica para obras - Instrumentos contratuais	69
V – Legislação citada	70
VI – Índice do dossiê corrente	72

Índice de quadros

Quadro 1 – Constituição da Câmara Municipal (12-10-2005 a 30-04-2022).....	17
Quadro 2 – Complexos do Parque Empresarial - Lotes	20
Quadro 3 – Complexos do Parque Empresarial - Lotes com e sem ocupação na área não infraestruturada	20
Quadro 4 – Instrumentos contratuais e autorização da despesa.....	37

Índice de figuras

Figura 1 – Parque Empresarial - Zona Industrial de Santo António.....19

Figura 2 – Ligação entre o contador e as empresas particulares.....23

Siglas e abreviaturas

BTE	—	Baixa tensão especial
cf.	—	confrontar
CPA	—	Código do Procedimento Administrativo
CRP	—	Constituição da República Portuguesa
doc.	—	documento
doc. ^{os}	—	documentos
EDA	—	EDA – Empresa de Eletricidade dos Açores, S.A.
LAL	—	Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias
LCPA	—	Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso
LOPTC	—	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
MT	—	Média tensão
n.º	—	número
n. ^{os}	—	números
p.	—	página
pp.	—	páginas
POCAL	—	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
RFALEI	—	Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais
RJAL	—	Regime jurídico das autarquias locais
SNC-AP	—	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SRATC	—	Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Sumário

O que auditámos?

O Tribunal de Contas apreciou a legalidade das despesas incorridas pelo Município de São Roque do Pico com o consumo de energia elétrica por parte de empresas privadas instaladas no respetivo Parque Empresarial – Zona Industrial.

A ação foi realizada na sequência de denúncia.

O que concluímos?

- Nos mandatos autárquicos de 2001-2005, 2005-2009, 2009-2013, 2013-2017, 2017-2021 e 2021-2025, foram assumidas despesas e autorizado o pagamento de despesas relativas ao fornecimento de energia elétrica ao Município de São Roque do Pico, que ascenderam a mais de 400 mil euros, com o objetivo de permitir a realização de obras no respetivo Parque Empresarial. Contudo, quem efetivamente beneficiou dos pagamentos efetuados pelo Município foram as empresas privadas ali instaladas.

A prática dos atos de autorização das despesas e dos correspondentes pagamentos traduziu-se na atribuição de ajudas públicas sem a existência de regulamento aprovado pela Assembleia Municipal de São Roque do Pico, contrariando o disposto no artigo 53.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (quanto ao período até outubro de 2013), e nos artigos 25.º, n.º 1, alínea g), e 33.º, n.º 1, alínea k), do regime jurídico das autarquias locais (quanto ao período posterior), bem como no ponto 2.3.4.2, alínea d), do POCAL (aplicável até 2020).

- A violação de normas legais relativas à assunção, autorização ou pagamento de despesas públicas constitui infração financeira sancionatória, e, quando os pagamentos ilegais causarem dano para o erário público, pode também gerar responsabilidade financeira reintegratória, de acordo com o disposto nos artigos 59.º, n.ºs 1 e 4, e 65.º, n.ºs 1, alínea b), segunda parte, e 2, da LOPTC. No caso, o procedimento por responsabilidades financeiras pode estar prescrito.
- O sistema de controlo interno instituído não assegurou a legalidade dos contratos a que o Município se vinculou.

O que recomendamos?

Formulou-se uma recomendação relativa à implementação de procedimentos de controlo interno que assegurem o controlo da legalidade de todos os contratos a que o Município se vincula.

AUDITORIA – AUTARQUIA LOCAL – FISCALIZAÇÃO DE DESPESAS PÚBLICAS – INFRAÇÃO FINANCEIRA – PAGAMENTO INDEVIDO – REGIME – RESPONSABILIDADE FINANCEIRA REINTEGRATÓRIA – RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA

PARTE I INTRODUÇÃO

1. Antecedentes e fundamento da ação

- 1 Em 2021, foi apresentada uma denúncia junto da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas (SRATC), envolvendo o alegado pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica por parte de empresas instaladas no Parque Empresarial – Zona Industrial¹, há aproximadamente 15 anos².
- 2 Em resultado da análise, concluiu-se pela prática de atos suscetíveis de gerar eventual responsabilidade financeira sancionatória e reintegratória³.
- 3 Por despacho do Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, de 31-12-2021⁴, foi determinado encerrar o procedimento de análise da denúncia e realizar uma auditoria para apuramento de eventual responsabilidade financeira⁵.
- 4 A ação consta do programa de fiscalização da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas para 2024⁶.
- 5 A nível do plano estratégico trienal do Tribunal de Contas 2023-2025, a ação enquadra-se no eixo prioritário 2.7. – *Aumentar a eficácia no apuramento de eventuais infrações*

¹ Também designado como: «Parque Empresarial», «zona industrial», «zona industrial – Santo António»; «zona industrial – antiga Tunapesca»; ou «antiga Tunapesca», «Parque Industrial de Santo António/Parque Empresarial São Roque do Pico» - cf., a título de exemplo, a deliberação de aprovação do Protocolo e a ata em minuta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de São Roque do Pico (doc.^{os} 03.01.02 e 03.01.14, p. 3).

² Ação n.º 21/DO14-02DEN4.

³ Tendo relevado o seguinte conjunto de informações, constantes dos documentos que instruíram o processo de denúncia (doc.^{os} 01.01 a 01.06, 03.08, e 04.01 a 04.23.):

- Informação transmitida pelo Município, no sentido de procedeu ao pagamento do fornecimento de energia elétrica na zona industrial, no âmbito da «infraestruturação faseada», sendo que «o Município tem assumido os encargos de infraestruturação, encargos estes que têm incluído também a eletricidade na Zona Industrial, porém sempre e só até que toda a infraestruturação respetiva se encontre finalizada»;
- Contrato de fornecimento de energia elétrica;
- Evidências fotográficas apresentadas;
- Documentos referentes ao pagamento de consumos de eletricidade da zona industrial – Santo António, nos anos de 2018 e 2019.

⁴ Exarado nos termos do artigo 143.º do Regulamento do Tribunal de Contas, aprovado pelo Plenário Geral do Tribunal de Contas, em sessão de 24-01-2018, e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33, de 15-02-2018, sob o n.º 112/2018, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 3/2021-PG, de 24 de fevereiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 10-03-2021.

⁵ Cf. Informação n.º 246-2021/DAT-EPA, de 21-12-2021 (doc. 01.02). A decisão de realização da auditoria foi, na altura, comunicada ao autor da denúncia e ao Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico (doc.^{os} 03.10 e 03.11 do processo de denúncia).

⁶ Aprovado pela Resolução do Plenário Geral do Tribunal de Contas, em sessão de 15-12-2023, publicada no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, II Série, n.º 242, de 19 de dezembro, sob o n.º 2/2023. A ação constava do programa de fiscalização da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas para 2023, aprovado pela Resolução do Plenário Geral do Tribunal de Contas, em sessão de 15-12-2022, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 05-01-2023, p. 189, sob o n.º 6/2022, e no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, II Série, n.º 7, de 10-01-2023, sob o n.º 1/2023.

financeiras e na efetivação da sua responsabilidade, no âmbito do objetivo estratégico 2 – Promover a responsabilidade e a prestação de contas dos gestores de recursos públicos, assegurando o seu controlo tempestivo e sistemático.

2. Natureza, âmbito e objetivos

6 A ação tem a natureza de auditoria de conformidade e visa verificar a legalidade das despesas incorridas pelo Município de São Roque do Pico com o consumo de energia elétrica por parte de empresas privadas instaladas no respetivo Parque Empresarial – Zona Industrial, no âmbito temporal de outubro de 2005 a abril de 2022.

7 A entidade auditada é o Município de São Roque do Pico.

3. Metodologia

8 A realização da auditoria compreendeu as fases de planeamento, execução e elaboração do relatório, sendo, em cada momento, adotados os procedimentos suportados nas metodologias acolhidas pelo Tribunal de Contas, no seu *Manual de Auditoria – Princípios Fundamentais*⁷, com as adaptações justificadas em função da natureza e objetivo da auditoria.

9 Na fase de planeamento foi tido particularmente em conta o teor da denúncia apresentada⁸.

10 A fase de execução incluiu a realização de trabalhos de campo, que tiveram lugar nos dias 4 a 8 de julho de 2022, nas instalações da entidade auditada, envolvendo, para além da recolha da documentação probatória⁹, a visita à zona não infraestruturada do Parque Empresarial do Município de São Roque do Pico, com a presença do Presidente da Câmara Municipal e a realização de entrevistas ao atual e aos anteriores presidentes da Câmara, considerando os diversos mandatos abrangidos pelo horizonte temporal da ação, e a trabalhadores do Município.

11 As verificações efetuadas sustentam-se na legislação vigente à data dos factos relatados, a qual é mencionada no [Apêndice V](#). Os documentos que fazem parte do dossiê corrente constam de ficheiros eletrónicos e estão identificados no [Apêndice VI](#) por um número e uma breve descrição do seu conteúdo. O número de cada documento corresponde ao nome do ficheiro que o contém. Nas referências feitas a esses documentos ao longo do relatório identifica-se apenas o respetivo número e, se for o caso, a página do ficheiro.

4. Condicionantes e limitações

12 Não ocorreram situações condicionantes do trabalho de auditoria que justifiquem menção.

⁷ Aprovado pelo Plenário da 2.ª Secção, em sessão de 29-09-2016.

⁸ O Plano Global da Auditoria foi aprovado por despacho de 31-05-2022, exarado na Informação n.º 122-2022/DAT-EPA, de 31-05-2022 (doc. 02.01).

⁹ Doc.ºs 03.03.0.01 a 03.03.01.11.

- 13 O Município de São Roque do Pico cooperou na remessa de todos os elementos solicitados pelo Tribunal e os seus colaboradores prestaram o apoio necessário no âmbito dos trabalhos de campo realizados.
- 14 Assinala-se a colaboração prestada pelos anteriores Presidentes da Câmara Municipal de São Roque do Pico, Manuel Joaquim Neves da Costa e Mark Anthony Silveira, quanto aos esclarecimentos prestados.

5. **Contraditório**

- 15 Em conformidade com o disposto nos artigos 13.º e 87.º, n.º 3, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), o relato foi submetido a contraditório institucional e individual, para efeito de contraditório¹⁰.
- 16 Respondeu apenas o Município de São Roque do Pico, manifestando a intenção de cumprir as recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas.
- 17 A resposta dada encontra-se reproduzida no Anexo ao presente Relatório¹¹.

¹⁰ Doc.ºs 06.01.01 a 06.01.04.

¹¹ Doc. 06.02.02.

PARTE II

ENQUADRAMENTO NORMATIVO

6. Atribuições dos municípios e competências dos seus órgãos

- 18 Nos termos da Constituição da República Portuguesa, «as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas» e, nas regiões autónomas, as autarquias locais «compreendem freguesias e municípios», entidades que «têm património e finanças próprios»¹². E, como resulta do artigo 239.º da Constituição da República Portuguesa, a prossecução das atribuições das autarquias locais cabe à assembleia municipal (órgão deliberativo) e à câmara municipal (órgão executivo).
- 19 Considerando o âmbito temporal da presente auditoria, verifica-se a aplicação de diferentes regimes relativos às atribuições e competências das autarquias locais.
- 20 O quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local», aprovado pela Lei n.º 159/99, de 14 de setembro¹³, esteve em vigor de 19-09-1999 a 30-09-2013.
- 21 De acordo com o previsto no normativo legal, o prosseguimento das atribuições e competências implica a concessão, aos órgãos das autarquias locais, de poderes que lhes permitam atuar em diversas vertentes, cuja natureza pode ser consultiva, de planeamento, de gestão, de investimento, de fiscalização e de licenciamento¹⁴.
- 22 Aquele diploma especifica as atribuições dos municípios em diversos domínios, concretizando as competências dos respetivos órgãos municipais¹⁵.
- 23 Importa realçar que o artigo 28.º, n.º 1, alínea o), da Lei n.º 159/99, previa como competências dos órgãos municipais no domínio do apoio ao desenvolvimento local, entre outras, a participação em programas de incentivo à fixação de empresas.

¹² Cf. artigos 235.º, n.º 2, 236.º, n.º 2, e 238.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

¹³ Revogada pela Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro (artigos 3.º e 4.º).

¹⁴ Cf. artigo 2.º, n.º 5, alíneas a) a f), da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

¹⁵ Equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação; património, cultura e ciência; tempos livres e desporto; saúde; ação social; habitação; proteção civil; ambiente e saneamento básico; defesa do consumidor; promoção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo; polícia municipal; e cooperação externa (cf. artigos 13.º n.º 1 alíneas a) a q) e 16.º a 31.º, da Lei n.º 159/99).

- 24 Neste contexto, importa ter presente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro¹⁶, que estabelece o quadro das competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias (LAL)¹⁷.
- 25 Posteriormente, foi publicada a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o regime jurídico das autarquias locais (RJAL)¹⁸ e que entrou em vigor a partir de 30-09-2013¹⁹.
- 26 Sublinha-se que o artigo 23.º, n.º 2, do RJAL corresponde, quase na íntegra, ao artigo 13.º, n.º 1, da Lei n.º 159/99²⁰, porém, ao contrário da lei anterior, são enunciados, a título exemplificativo²¹, os domínios em que os municípios dispõem de atribuições²², não tendo sido densificadas as competências dos órgãos municipais em termos semelhantes ao feito nos artigos 16.º a 31.º da referida Lei n.º 159/99.
- 27 No artigo 33.º do RJAL estão previstas as competências materiais da câmara municipal, destacando-se: criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal²³.
- 28 Tal como a competência para promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal²⁴.
- 29 Nos termos da Lei n.º 169/99, era à câmara municipal que competia elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os planos necessários à realização das atribuições municipais, e à assembleia municipal, sob proposta da câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa²⁵.
- 30 Aqueles dispositivos foram revogados com a entrada em vigor do RJAL, no entanto, o seu sentido foi mantido pelas alíneas g) e h) do n.º 1 do artigo 25.º e pelas alíneas a) e k) do n.º 1 do artigo 33.º, todas do RJAL²⁶.

¹⁶ Alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelas Declarações de Retificação n.ºs 4/2002, de 6 de fevereiro, e 9/2002, de 5 de março, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pelas Leis n.ºs 75/2013, 7-A/2016, de 30 de março, 71/2018, de 31 de dezembro, e 69/2021, de 20 de outubro.

¹⁷ Cf. artigo 2.º da Lei n.º 169/99.

¹⁸ Aprovou ainda o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico.

¹⁹ Revoga a Lei n.º 159/99 (cf. artigos 3.º e 4.º do RJAL - e a maioria dos artigos da Lei n.º 169/99).

²⁰ Esta lei foi revogada pelo artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, que entrou em vigor em 30-09-2013.

²¹ Cf. artigo 23.º, n.º 2, do RJAL.

²² Equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação, ensino e formação profissional; património, cultura e ciência; tempos livres e desporto; saúde; ação social; habitação; proteção civil; ambiente e saneamento básico; defesa do consumidor; promoção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo; polícia municipal; cooperação externa.

²³ Cf. artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do RJAL.

²⁴ Cf. artigo 33.º, n.º 1, alínea ff), do RJAL.

²⁵ Cf. artigos 53.º, n.º 2, alínea a), e 64.º, n.º 2, alínea a), da LAL.

²⁶ Sem prejuízo, todos os regulamentos com eficácia externa (que se relacionem ou interfiram com interesses dos particulares ou das entidades externas, independentemente de estarem ou não relacionados com as competências exclusivas do órgão executivo) passaram a ter de ser submetidos a aprovação da Assembleia Municipal.

- 31 A concretização das atribuições municipais, no que respeita à concessão de apoios a terceiros, depende da existência de regulamentos que, designadamente, estabeleçam de forma objetiva quais os critérios subjacentes à escolha das entidades e organismos a subsidiar e quais os tipos de apoio a conceder (financeiros ou outros)²⁷, tendo subjacente fins de interesse municipal²⁸.
- 32 Naquele contexto, cabe destacar que o artigo 3.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) consagra o princípio da legalidade, que impõe aos órgãos da administração pública, incluindo os da administração local, o dever de atuação em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites das competências que legalmente lhes tenham sido cometidas e em conformidade com os fins para que as mesmas lhes forem conferidos²⁹.
- 33 Nos termos da LAL, competia ao presidente da câmara municipal autorizar o pagamento das despesas realizadas, bem como «coordenar os serviços municipais no sentido de desenvolver a sua eficácia e assegurar o seu pleno funcionamento»³⁰.
- 34 No n.º 1 do artigo 71.º, também da LAL, impunha-se ao pessoal dirigente a obrigação de «informar, por escrito, se foram cumpridas todas as obrigações legais ou regulamentares, relativamente a todos os processos que corram pelos serviços que dirigem e careçam de decisão ou deliberação dos eleitos locais». No n.º 2 do mesmo artigo, adiantava-se que tal exigência era também «aplicável ao pessoal de chefia dos municípios cuja estrutura organizativa não comporte pessoal dirigente».
- 35 No RJAL são atribuídas ao presidente da câmara competências para «(...) proceder à aquisição de bens e serviços» e para «outorgar contratos em representação do município»³¹. Tem ainda a competência para autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao montante estipulado por lei ou por delegação da câmara municipal³²,

²⁷ Cf. artigos 114.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, e, desde 07-04-2015, segue o disposto nos artigos 135.º e seguintes do CPA, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

²⁸ Os fins de interesse municipal são fins de interesse público. Sobre a matéria, Freitas do Amaral refere que o princípio da prossecução do interesse público em Direito Administrativo tem numerosas consequências práticas: [...] É a lei que define os interesses públicos a cargo da Administração: não pode ser a Administração a defini-los, salvo se a lei a habilitar para o efeito, conferindo-lhe competência para aprovar regulamentos independentes ou para concretizar certo tipo de conceitos indeterminados; [...] O interesse público delimita a capacidade jurídica das pessoas coletivas públicas e a competência dos respetivos órgãos: é o chamado princípio da especialidade, também aplicável às pessoas coletivas públicas; [...] Só o interesse público definido por lei pode constituir motivo principalmente determinante de qualquer ato da Administração. Assim, se um órgão da Administração praticar um ato que não tenha por motivo principalmente determinante o interesse público posto por lei a seu cargo, esse ato estará viciado por desvio de poder, e por isso será um ato ilegal e inválido (cf. *Curso de Direito Administrativo – Volume II*, Almedina, Coimbra, 2016, 3.ª edição, pp. 34 e 35).

²⁹ Essas competências são definidas por lei ou por regulamento, são irrenunciáveis e inalienáveis, sem prejuízo do disposto quanto à delegação de poderes e à substituição (cf. artigo 29.º, n.º 1, do CPA, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, e, posteriormente, artigo 36.º, n.º 1, do CPA, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).

³⁰ Cf. artigos 68.º, n.º 1, alínea h), e 72.º, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. Realça-se que o artigo 68.º da LAL foi revogado pela alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013.

³¹ Cf. alíneas e) e f) do n.º 2 do mesmo artigo 35.º do RJAL.

³² Cf. alínea g) do n.º 1 do artigo 35.º do RJAL.

estando limitado aos montantes previstos pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho³³, especificamente nos seus artigos 18.º e 29.º.

36 As despesas que envolvam encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização devem ser autorizadas pelo órgão deliberativo³⁴.

37 Cumpre, finalmente, referir que na reunião da Assembleia Municipal de São Roque do Pico, de 25-02-2022, foi deliberado aprovar o Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Mercado de Interesse Público no Município de São Roque do Pico³⁵, constatando-se que é o único normativo municipal no âmbito de atribuição de apoios³⁶. E apresenta as seguintes disposições transitórias:

Artigo 9.º

Disposições transitórias

1- Para efeitos da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, considerando a atual infraestruturação do Parque Empresarial/Industrial de Santo António, estão abrangidos pelo presente Regulamento Municipal todos os apoios municipais daquela natureza concedidos às empresas no período de 2005 a 2022.

2 - Por via da aprovação do presente regulamento, os apoios referidos no número precedente consideram -se ratificados pela Assembleia Municipal, para todos os devidos e legais efeitos, e podendo os mesmos continuar a processar -se provisoriamente nos mesmos moldes como até aqui enquanto perdurarem os trabalhos de infraestruturação da responsabilidade municipal, tendo como limite a data de 31 de dezembro de 2022.

7. Regime financeiro e autorização de despesas

38 A contabilidade das autarquias locais baseava-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), vigente até 31-12-2019, o qual estatuiu que «as despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respetivamente»³⁷.

39 Atualmente, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aplicável às autarquias a partir de 01-01-2020, dispõe que o cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento³⁸.

40 É ainda de ter em conta que a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, dispunha inicialmente que «os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos

³³ O montante para o Presidente da Câmara é de 30 000 contos, o que corresponde atualmente a cerca de 149 639,37 euros. Os mencionados artigos foram revogados pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, e ripristinados pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril.

³⁴ Cf. artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e no artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

³⁵ Cf. Doc. 03.03.18.

³⁶ Cf. Regulamento n.º 286/2022, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 21 de março.

³⁷ Cf. alínea d) do ponto 2.3.4.2.

³⁸ Cf. ponto 4, § 5, da NCP 26, constante do seu Anexo II.

em conformidade com as regras e procedimentos previstos na presente lei, em cumprimento dos demais requisitos legais de execução de despesas e após o fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições»³⁹.

41 Aquela disposição foi alterada pela [Lei n.º 22/2015](#), de 17 de março⁴⁰, passando agora a prever que «nenhum pagamento pode ser realizado, incluindo os relativos a despesas com pessoal e outras despesas com carácter permanente, sem que o respetivo compromisso tenha sido assumido em conformidade com as regras e procedimentos previstos na presente lei e em cumprimento dos demais requisitos legais de execução de despesas».

42 As deliberações de órgão autárquicos que determinem ou autorizem a realização de despesas não permitidas por lei são nulas⁴¹.

8. Sistema de controlo interno

43 De acordo com o POCAL, as autarquias locais devem adotar meios de controlo interno que englobem «plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira viável»⁴².

44 E o SNC-AP vem concretizar que o «sistema de controlo interno a adotar pelas entidades públicas engloba, designadamente, o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável»⁴³.

45 Sendo um sistema que visa garantir, entre outros: a salvaguarda da legalidade e da regularidade da elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais, da elaboração das demonstrações orçamentais e financeiras e do sistema contabilístico como um todo; a salvaguarda do património; e uma adequada gestão de riscos⁴⁴.

46 Em matéria de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, é de ter em conta o teor da [Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção](#), de 01-07-2009, que, no seu ponto 1.1. prevê que as entidades gestoras de dinheiros públicos devam, no prazo de

³⁹ Cf. artigo 9.º, n.º 1.

⁴⁰ A partir de 18-03-2015.

⁴¹ Cf. artigo 2.º, n.º 5, da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto, artigo 3.º, n.º 4, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, artigo 4.º, n.º 2, do RFALEI e artigo 59.º, n.º 2, do RJAL.

⁴² Cf. ponto 2.9.1 do POCAL.

⁴³ Cf. artigo 9.º, n.º 1.

⁴⁴ Cf. artigo 9.º, n.º 3, alíneas a), c) e j), do SNC-AP.

90 dias, elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, e discrimina os elementos que devem constar desses planos⁴⁵.

47 Posteriormente, o [Decreto-Lei n.º 109-E/2021](#), de 9 de dezembro⁴⁶, criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção⁴⁷, estabelecendo o atual regime geral de prevenção da corrupção.

9. Regime da responsabilidade financeira

48 A violação de normas sobre a assunção, autorização ou pagamento de despesas públicas ou compromissos, é suscetível de gerar responsabilidade financeira sancionatória, punível com multa⁴⁸, nos termos do disposto no artigo 65.º, n.ºs 1, alínea b), segunda parte, e 2, da LOPTC.
49 Quando os pagamentos ilegais causarem dano para o erário público são também suscetíveis de gerar responsabilidade financeira reintegratória, de acordo com os n.ºs 1 e 4 do artigo 59.º da LOPTC.

50 A responsabilidade por infrações financeiras recai sobre o agente ou agentes da ação, nos termos do disposto no artigo 61.º, n.ºs 1, 2 e 4, da LOPTC, aplicáveis por remissão do n.º 3 do artigo 67.º da mesma lei.

51 O artigo 248.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, alterou o n.º 2 do artigo 61.º da LOPTC no sentido de alargar aos titulares dos órgãos executivos das autarquias locais o regime de responsabilidade financeira dos membros do Governo. Assim, aqueles apenas serão responsáveis quando não tiverem ouvido as “estações competentes” ou, quando esclarecidos por estas em conformidade com as leis, tiverem adotado resolução diferente⁴⁹.

52 A responsabilidade financeira só ocorre se a ação for praticada com culpa⁵⁰.

53 A avaliação do grau de culpa é realizada de harmonia com as circunstâncias do caso, tendo em consideração as competências do cargo ou a índole das principais funções de cada responsável, o volume e fundos movimentados, o montante material da lesão dos dinheiros ou valores públicos, o grau de acatamento de eventuais recomendações do Tribunal e os meios humanos e materiais existentes no serviço, organismo ou entidade sujeitos à sua jurisdição (artigo 64.º da LOPTC).

54 A responsabilidade financeira apenas passível de multa pode ser relevada quando se encontrem preenchidos os pressupostos fixados no n.º 9 do artigo 65.º da LOPTC, ou seja,

⁴⁵ Essa recomendação foi depois complementada pelas Recomendações do mesmo Conselho, de [07-04-2010](#), e de [01-07-2015](#), sendo ainda de ter em consideração a Resolução da Assembleia da República n.º 4/2021, de [25-01-2021](#).

⁴⁶ Revoga a Lei n.º 58/2008, de 4 de setembro.

⁴⁷ A [Portaria n.º 155-B/2023](#), de 6 de junho, determinou a instalação definitiva do MENAC e, simultaneamente, a extinção do Conselho de Prevenção da Corrupção.

⁴⁸ A fixar entre o limite mínimo de 25 UC e o limite máximo de 180 UC, correspondendo, respetivamente aos montantes mínimo de 2 550,00 euros e máximo de 18 360,00 euros.

⁴⁹ Sobre o assunto, cf. também a formulação do n.º 1 do artigo 80.º-A do RFALEI, aditado pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, que entrou em vigor em 01-01-2019, nos termos da qual a responsabilidade financeira «recai sobre os membros do órgão executivo quando estes não tenham ouvido os serviços competentes para informar ou, quando esclarecidos por estes em conformidade com as leis, hajam tomado decisão diferente».

⁵⁰ Artigos 61.º, n.º 5, e 67.º, n.º 3, da LOPTC.

desde que a falta só possa ser imputada ao seu autor a título de negligência, a entidade auditada não tenha sido anteriormente destinatária de recomendações sobre a matéria e seja a primeira vez que o Tribunal de Contas efetua um juízo de censura relativamente à prática da irregularidade.

- 55 O prazo de prescrição do procedimento por responsabilidade sancionatória é de 5 anos e o de prescrição por responsabilidade financeira reintegratória é de 10 anos⁵¹.
- 56 Tratando-se de uma infração continuada, o prazo de prescrição só corre desde o dia da prática do último ato⁵², suspendendo-se com o início da auditoria e até à audição do responsável, sem poder ultrapassar dois anos⁵³.

⁵¹ Artigo 70.º, n.º 1, da LOPTC.

⁵² Artigo 30.º, n.º 2, conjugado com o artigo 119.º, n.º 2, alínea *b*), ambos do Código Penal, aplicável subsidiariamente à responsabilidade financeira, nos termos do artigo 67.º, n.º 4, da LOPTC.

⁵³ Artigo 70.º, n.º 3, da LOPTC. A esta suspensão do prazo de prescrição acrescem as suspensões excecionais legalmente previstas, relacionadas com a situação epidemiológica causadora da COVID-19 (cf. artigo 7.º, n.ºs 3 e 4, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, revogado pelo artigo 8.º da Lei n.º 16/2020, de 29 de maio, e artigo 6.º-B, n.ºs 3 e 4, da mesma Lei n.º 1-A/2020, aditado pelo artigo 2.º da Lei n.º 4-B/2021, de 1 de fevereiro).

PARTE III OBSERVAÇÕES DA AUDITORIA

10. Factos apurados

57

Com relevância para a ação, apuraram-se os factos que a seguir se descrevem, tendo por base os elementos documentais que instruíram o processo de denúncia e os recolhidos no decurso da auditoria.

10.1. Constituição do órgão executivo do Município de São Roque do Pico

- a) Nos mandatos autárquicos abrangidos pela ação, o órgão executivo do Município de São Roque do Pico tinha a seguinte constituição:

Quadro 1 – Constituição da Câmara Municipal (31-12-2001 a 30-04-2022)

Mandato		Presidente da Câmara Municipal	Vereadores
2001-2005	31-12-2001 a 30-10-2005	Manuel Joaquim Neves da Costa	Paulo César de Simas Maciel; Telma Pereira da Rosa; Paulo Jaime da Terra Goulart; Manuel Jorge Quaresma
2005-2009	31-10-2005 a 29-10-2009	Manuel Joaquim Neves da Costa (até 25-06-2008)	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva; Salomé da Conceição Silva Simões Gomes; Paulo Jaime da Terra Goulart; Hélder José Neves Bettencourt
		Luís Filipe Ramos Macedo da Silva (desde 25-06-2008)	Salomé da Conceição Silva Simões Gomes; Paulo Jaime da Terra Goulart; Hélder José Neves Bettencourt
2009-2013	30-10-2019 a 17-10-2013	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	Ana Maria Oliveira Gonçalves; Francisco Nuno Neves Ávila; Paulo Jaime da Terra Goulart; Rui César Machado Lima da Silveira
2013-2017	18-10-2013 e 17-10-2017	Mark Anthony Silveira	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira; Gui Duarte Gomes Goulart; Luís Filipe Ramos Macedo da Silva; Fernando Manuel Andrade da Silva
2017-2021	18-10-2017 a 14-10-2021	Mark Anthony Silveira	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira; Gui Duarte Gomes Goulart; Francisco Duarte da Silva Bettencourt; Luís Miguel Rodrigues Ermida
2021-2025	15-10-2021 a 30-04-2022*	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	Suzana Alexandra Azevedo Vasconcelos; Mário Alexandre D'Ávila Martins de Freitas; Mark Anthony Silveira; Maria João Vieira Gomes de Simas Miranda

Fonte: Atas de instalação da Câmara Municipal e ata da reunião da Câmara Municipal, de 25-06-2008 (doc.ºs 03.01.22, p. 39 a 60 e 03.04.10).

Nota: * Data de corte da auditoria

10.2. Estrutura de organização dos serviços do Município de São Roque do Pico

- b) Até 2010, a estrutura orgânica e do quadro de pessoal do Município de São Roque do Pico constava de regulamento aprovado por deliberação da Assembleia Municipal, de 07-06-1994⁵⁴;

⁵⁴ Publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 04-08-1994, p. 7935, e alterado por duas vezes, como consta do *Aviso n.º 5710/2001* (2.ª série), publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 16-07-2001, e do *Aviso n.º 11107/2008*, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 09-04-2008.

- c) Posteriormente, por deliberação da Assembleia Municipal, de 15-12-2010, foi aprovado um novo regulamento de organização dos serviços municipais⁵⁵, do qual se destaca o artigo 3.º, que, sob a epígrafe «Princípios de actuação e competências comuns», dispõe o seguinte:
- 1- Os responsáveis pelos serviços municipais, para além das obrigações decorrentes da especificidade dos respetivos serviços, devem prosseguir e pautar a actividade dos seus serviços pelos seguintes princípios gerais:
 - c) Actuar de forma justa, isenta e imparcial, em obediência à lei e ao direito, zelando pelos interesses da Autarquia, no respeito dos interesses legalmente protegidos dos munícipes e dos cidadãos em geral;
(...)
 - c) Procurar constantemente atingir o mais elevado grau de eficiência e de eficácia, gerindo racionalmente os recursos ao seu dispor, e atingindo efectivamente as metas e objectivos estabelecidos;
(...).
 - d) Na estrutura orgânica está prevista a existência de chefias intermédias, a saber: chefe da Divisão Administrativo-Financeira, Sócio-Cultural, Educativa e de Turismo e chefe da Divisão de Obras, Urbanismo, Serviços Urbanos e Ambiente⁵⁶;
 - e) Nas estruturas orgânicas prevê-se sempre a existência de uma divisão administrativa (que engloba a secção de contabilidade) e de uma divisão de obras, urbanismo e serviços urbanos, cabendo à divisão administrativa assegurar a execução de todas as tarefas de apoio instrumental à administração dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, de acordo com as disposições legais aplicáveis e segundos critérios de boa gestão⁵⁷, e à divisão de obras, urbanismo e serviços urbanos, elaborar ou dar parecer sobre planos e projetos de obras municipais⁵⁸;
 - f) O cargo de chefe de Divisão da Divisão de Obras, Urbanismo, Serviços Urbanos e Ambiente, apenas foi ocupado em regime de substituição⁵⁹, entre 01-02-2020 e 15-10-2021⁶⁰.

⁵⁵ Publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 19, de 27 de janeiro de 2011 (doc. 03.01.23), que foi alterado pelo Regulamento n.º 234/2014, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 9 de junho.

⁵⁶ Cf. doc. 03.01.23. O anterior regulamento previa também duas chefias de divisão, a saber: chefe da Divisão Administrativa e chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos (cf. doc. 03.03.20, pp. 5 e 13, referente às alterações à anterior Estrutura Orgânica).

⁵⁷ Cf. artigo 11.º, alínea a), da Estrutura Orgânica publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 04-08-1994, e artigos 8.º e artigo 9.º da Estrutura Orgânica publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 19, de 17-01-2011.

⁵⁸ Cf. artigo 18.º, n.º 1, alínea e), da Estrutura Orgânica publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 04-08-1994, e alínea d) do artigo 21.º da Estrutura Orgânica publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 19, de 17-01-2011.

⁵⁹ Cf. doc.ºs 03.04.01 e 03.04.12 (p.1). Dos restantes elementos constantes dos doc.ºs 03.03.19 e 03.03.20 resulta que não foram ocupados lugares de chefia.

⁶⁰ Cf. doc. 03.04.12, p. 1.

10.3. Criação do Parque Empresarial – Zona Industrial

- g) O Plano Diretor Municipal de São Roque do Pico, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de 22-12-1999⁶¹, delimita espaços industriais, entre os quais, a zona industrial de São Roque⁶², a qual abrange uma área total de 233 837,94 m²;
- h) A criação do Parque Empresarial de Santo António teve lugar em 2005, iniciando-se com a elaboração do projeto de empreitada «infraestruturação do Parque Empresarial – Zona Industrial de Santo António – São Roque do Pico»⁶³;
- i) O Parque Empresarial - Zona Industrial de Santo António situa-se nas imediações do porto comercial de São Roque do Pico e é constituído por três loteamentos: duas áreas de iniciativa privada (sendo promotores a Invespico – Sociedade Imobiliária, L.^{da}, e Jaime Tavares de Melo); e uma área de iniciativa municipal, que, à data da realização dos trabalhos de campo, não apresentava de desenvolvimentos⁶⁴.

Figura 1 – Parque Empresarial - Zona Industrial de Santo António



⁶¹ Cf. [Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2000/A](#), de 4 de outubro.

⁶² Cf. doc. 03.01.26, p. 1.

⁶³ Cf. doc. 03.01.26, p. 4.

⁶⁴ Cf. doc. 03.01.26, p. 2.

- j) Na área a que corresponde a zona industrial estão previstos um total de 40 lotes, divididos em três complexos, que têm áreas infraestruturadas e não infraestruturadas (**Apêndice II**)⁶⁵:

Quadro 2 – Complexos do Parque Empresarial – Lotes

Complexos do parque empresarial	N.º de lotes	N.º de lotes em áreas infraestruturadas e não infraestruturadas
Complexo Industrial da Invespico, L. ^{da}	28 lotes	6 lotes em área infraestruturada
		22 lotes em área não infraestruturada
Loteamento Jaime Tavares de Melo	6 lotes	5 lotes em área infraestruturada
		1 lote em área não infraestruturada
Loteamento do Município de São Roque	6 lotes	6 lotes em área não infraestruturada

Fonte: Listagem das entidades instaladas – Zona industrial de Santo António (doc. 03.01.07).

- k) Relativamente aos lotes em área não infraestruturada, verifica-se a seguinte distribuição entre lotes ocupados e não ocupados (**Apêndice III**)⁶⁶:

Quadro 3 – Complexos do Parque Empresarial - Lotes com e sem ocupação na área não infraestruturada

Complexos do parque empresarial	N.º de lotes em área não infraestruturada	N.º de lotes com ocupação e sem ocupação
Complexo Industrial da Invespico, L. ^{da}	22 lotes em área não infraestruturada	13 lotes para construção sem ocupação
		9 lotes ocupados de modo permanente
Loteamento Jaime Tavares de Melo	1 lote em área não infraestruturada	Lote não ocupado
Loteamento do Município de São Roque	6 lotes em área não infraestruturada, sem construção, sem ocupação	Lotes não ocupados

Fonte: Listagem das entidades instaladas – Zona industrial de Santo António (doc. 03.01.07).

10.4. Protocolo celebrado com empresa privada

- l) Em 07-10-2002, foi celebrado um protocolo entre o Município de São Roque do Pico, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Manuel Joaquim Neves da Costa, e a Invespico – Sociedade Imobiliária, L.^{da}, envolvendo as seguintes obrigações⁶⁷:

« (...) PRIMEIRA

A Invespico promove o loteamento do terreno antes pertencente à Tunapesca, na Zona Industrial de São Roque, disponibilizando para possíveis interessados 28 lotes, dos quais 26 são industriais, entregando à Autarquia os lotes n.ºs 9, 10, 11 e 12.

SEGUNDA

A Autarquia compromete-se a executar as obras de infra-estruturas públicas na parte do loteamento que fica a Norte da Estrada Municipal, que atravessa a Zona Industrial, nomeadamente rede de energia elétrica subterrânea e I.P., rede de distribuição de água e rede viária que inclui aplicação de lancil, passeios, ajardinamento e pavimentação. Mais se

⁶⁵ Cf. doc.ºs 03.01.26, 03.01.04, 03.01.05 e 03.01.06.

⁶⁶ Cf. doc. 03.01.26, p. 2.

⁶⁷ Cf. doc. 03.01.01.

compromete a Autarquia a iniciar de imediato os procedimentos necessários ao arranque das mesmas obras no mais curto espaço de tempo. (...)».

- m) A celebração do protocolo foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal de São Roque do Pico, de 28-10-2002⁶⁸, e refere-se à área não infraestruturada do Complexo industrial da Invespico, onde estão instaladas, de modo permanente, nove empresas particulares.

10.5. Pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica para obras

10.5.1. Fornecimento de energia elétrica pela EDA (faturação de 13-10-2005 a 18-10-2009)

- n) Em 2005, o Município de São Roque do Pico e a EDA celebraram um contrato de fornecimento de energia elétrica para obras⁶⁹, com produção de efeitos a partir de 12-10-2005, como se evidencia:

TITULAR CONTRATO/MORADA LOCAL CONSUMO	
MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO PICO	
ZONA INDUSTRIAL	
SANTO ANTONIO	
9940 SANTO ANTONIO SRP	
CLIENTE/CONTA	CÓDIGO IDENT. LOCAL : 0 100 139 975 -
NÚMERO DE CLIENTE : 0 005 429 313	
CAE - Actividade Económica : 75 113	
DATA INÍCIO CONTRATO : 2005-10-12	
NÚMERO ID.FISCAL : PT 512 074 771	

- o) O contrato refere que «[a]tendendo a que o presente Contrato, cujos elementos de referência ficaram registados no nosso sistema informático, foi celebrado de boa fé e tendo-se verificado o início do fornecimento de energia elétrica, será aquele considerado, mesmo sem a assinatura por parte de V. Exa. do presente documento, plenamente válido até à respetiva cessação, nomeadamente por falta de pagamento atempado das respectivas facturas»⁷⁰;
- p) O responsável pela iniciativa de contratar o fornecimento de energia elétrica foi o Presidente da Câmara Municipal em exercício de funções à data, Manuel Joaquim Neves da Costa⁷¹;
- q) Não existem evidências de que os órgãos municipais – Câmara Municipal e Assembleia Municipal – se tenham pronunciado quanto à celebração do contrato;

⁶⁸ Cf. doc. 03.01.02. Estava em causa um fornecimento em sistema trifásico, por se tratar de uma potência superior a 10,35 kVA.

⁶⁹ Cf. doc. 03.01.20, p. 19.

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ Cf. doc. 03.03.01.03.

- r) De acordo com os esclarecimentos prestados pelo próprio no decurso da ação⁷²:

«A EDA só fornecia energia se houvesse um PT e este tinha de ser construído pela Câmara. A seguir a essa construção do PT a Câmara iria infraestruturar a restante área do parque industrial. No entanto, não deu início a essa infraestruturação como protocolado com a INVESPICO em 2002 por ausência de fundos e de apoios comunitários. Em momento anterior ao contrato de 2005 com a EDA, um senhor [...] entrou em contacto com o Presidente para se instalar na zona empresarial do Município, já que tinha adquirido à INVESPICO um lote na zona industrial de Santo António.

A INVESPICO tinha-lhe informado que a responsabilidade de infraestruturação cabia à Câmara Municipal [...].

[...] a EDA não consentia na instalação e fornecimento de energia elétrica na zona, enquanto não fossem feitas obras de infraestruturação.

Depois de muitas diligências frustradas para a infraestruturação [...] a única possibilidade seria instalar uma baixada provisória para as referidas obras, como foi proposto pelo Presidente e aceite pelo representante da EDA.

Pese embora estas diligências, o Presidente a consciência de que não se poderia cobrar a eletricidade aos seus beneficiários, por ter sido informado que não poderia ser emitida guia de receita por parte da Câmara Municipal, por esta não fornecer energia.

Agiu sempre com a convicção de que esta situação provisória seria devidamente regularizada com a maior rapidez possível.

Quando saiu da Câmara, em junho de 2008, já havia projeto de infraestruturação pronto para lançar a concurso, estando a aguardar apenas a aprovação de um novo quadro de apoios comunitário.

Não se recorda do procedimento desenvolvido internamente para a instalação do contador e outorga do contrato de adesão, junto da EDA, sequer se foi levado ao conhecimento dos órgãos municipais: À Assembleia Municipal não terá sido de certeza, e à Câmara não se lembra se foi levado.

No entanto, foi instalado por sua ordem.»

- s) Através da referida ordem de instalação da «baixada provisória para as referidas obras», a autarquia passou a suportar os encargos com o fornecimento de energia elétrica às empresas instaladas na zona não infraestruturada do Parque Empresarial, como a seguir se representa:

⁷² *Idem.*

Figura 2 – Ligação entre o contador e as empresas particulares



Legenda: — Representação da ligação entre o contador, situado fora do parque empresarial, e as empresas particulares.
● Contador para fornecimento de energia elétrica para obras.

Fonte: [Google maps](#), consultado a 03-10-2022

- t) De acordo com os esclarecimentos prestados pelo então Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico, Manuel Joaquim Neves da Costa, esta opção resultou do facto de a EDA não permitir a instalação e fornecimento de energia elétrica na zona do loteamento da Invespico – Sociedade Imobiliária, L.^{da}, e Invespico, L.^{da}, enquanto não fossem feitas as obras de infraestruturação, e tinha em conta a pretensão da Picongel – Comércio e Distribuição de Produtos Alimentares, Unipessoal, L.^{da}, de se instalar naquela área⁷³;
- u) O autarca foi informado de que não podia cobrar a eletricidade aos seus beneficiários privados, por não ser da competência da Câmara Municipal fornecer energia⁷⁴;
- v) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- w) Em execução do contrato de fornecimento de energia elétrica para obras, o Município de São Roque do Pico procedeu ao pagamento das faturas identificadas no [Apêndice III.01](#), no montante de 6 189,94 euros, relativas ao período de 12-10-2005 a 18-10-2006;
- x) O contrato tem data de desligação de 12-10-2006⁷⁵.

⁷³ Cf. doc. 03.03.01.03.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ Cf. doc. 03.01.20, p. 19.

Carta/aviso da EDA, de 11-09-2006

- y) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 11-09-2006⁷⁶, com o assunto «Contrato provisório para obras em BT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 12-10-2006, caso não fosse manifestada vontade para a sua prorrogação;
- z) Sobre essa carta/aviso foi exarado o seguinte despacho: «[...] falar comigo sobre isto. Que contrato é este?», com rubrica do Presidente da Câmara, à data, Manuel Joaquim Neves da Costa⁷⁷;
- aa) De acordo com os esclarecimentos dados por [...], «(...) foi consultado o sistema da EDA e foi prestada a informação verbal que o contrato era referente à antiga TUNAPESCA. O Presidente Manuel Joaquim deu a ordem verbal para renovar e tal foi feito pela própria no sistema informático da EDA (...) como estava no prazo de renovação, não houve necessidade de mais formalidades, nem entrega de documentação (...)»⁷⁸;
- aa) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- ab) A faturação relativa ao período de 19-10-2006 a 26-10-2007, no montante de 10 748,96 euros, foi paga através das ordens de pagamento identificadas no [Apêndice III.02](#).

Carta/aviso da EDA, de 10-09-2007

- ac) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 10-09-2007⁷⁹, com o assunto «Contrato provisório para obras em BT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 12-10-2007;
- ad) Sobre essa carta/aviso foram exarados dois despachos: «À [...] para ver qual é este contrato» e «Pedir a renovação por mais um ano», com data de 19-09-2007, e com rubrica do Presidente da Câmara Municipal, Manuel Joaquim Neves da Costa⁸⁰;
- ae) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;

⁷⁶ Cf. doc. 03.01.20, p. 18. Trata de uma carta/aviso formulário, remetida pela EDA, aos seus clientes de modo padronizado. De acordo com os esclarecimentos prestados, os municípios estão dispensados da apresentação de licença de construção (cf. doc. 03.03.01.01).

⁷⁷ *Idem*.

⁷⁸ Cf. doc. 03.03.01.01.

⁷⁹ Cf. doc. 03.01.20, p. 17.

⁸⁰ Cf. doc. 03.04.10.

- af) A faturação relativa ao período de 27-10-2007 a 28-10-2008, no montante de 12 445,82 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.03](#).

[Carta/aviso da EDA, de 15-09-2008](#)

- ag) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 15-09-2008⁸¹, com o assunto «Contrato provisório para obras em BT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 12-10-2008;
- ah) Sobre essa carta/aviso foi exarado o seguinte despacho: «Ao Sr. Eng. [...] p/ saber o que é isto», com rubrica do Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva, e acrescentada a informação: «Prolongado o contrato para obras na zona industrial (antiga Tunapesca) por mais 1 ano. [...]»⁸²;
- ai) No período entre 12-10-2008 e 17-10-2013, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva revelou que não teve conhecimento da instalação da existência do contador para obras ou do fornecimento de energia às empresas instaladas no parque empresarial. Declarou também ter conhecimento de «que esse PT não estava em condições de ser ligado após a sua reabilitação pela Câmara, em 2008», e que faltava «o ramal de média tensão para a ligação ao PT», sendo que tal «devia ter sido feito entre 2009/2010», e não se concretizou porque o «Município não teve capacidade para avançar com a infraestruturação»⁸³;
- aj) Relativamente à carta/aviso de 15-09-2008, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva declarou que reconhece a sua assinatura no documento e «informa que deu ordem para renovar»⁸⁴;
- ak) No período em análise, ocorreram trabalhos de empreitada no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico, entre 25-02-2008 e 28-08-2008. No entanto, o posto de transformação não tem ligação para a zona onde existe o fornecimento de energia elétrica ao abrigo do contrato de fornecimento de energia elétrica para obras⁸⁵;
- al) A faturação relativa ao período de 29-10-2008 a 12-10-2009, no montante de 12 196,52 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.04](#).

⁸¹ Cf. doc. 03.01.20, p. 16.

⁸² Cf. doc. 03.01.20, p. 16.

⁸³ Cf. doc. 03.03.01.11, p. 1.

⁸⁴ Cf. doc. 03.03.01.11, p. 2.

⁸⁵ Cf. doc.^{os} 03.01.27, 03.03.12 e 03.03.16.

10.5.2. Fornecimento de energia elétrica pela EDA, com aumento de potência (faturação de 21-10-2009 a 10-11-2011)

- am) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 14-09-2009⁸⁶, com o assunto «Contrato provisório para obras em BT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 12-10-2009;
- an) Sobre essa carta/aviso foi exarado o seguinte despacho: «À [...] ver o que é isto», com rubrica do Presidente da Câmara Luís Filipe Ramos Macedo da Silva⁸⁷;
- ao) Relativamente à carta/aviso de 14-09-2009, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva declarou que reconhece a sua assinatura no documento e «informa que deu ordem para renovar»⁸⁸;
- ap) Foi celebrado um novo contrato de fornecimento de energia elétrica para obras, com data de início de 20-10-2009, com o mesmo local de consumo (Município de São Roque do Pico, Zona Industrial, Santo António), que aumenta a potência instalada de 20,70 kVA para 27,60 kVA⁸⁹;
- aq) Sobre o aumento de potência, o Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva, esclareceu que «apesar de não ter memória do assunto, presume que deve ter dado ordem para o aumento da potência, eventualmente na sequência de contacto da PICONGEL ou da própria EDA, considerando sempre que seria um compromisso anteriormente assumido pela Câmara»⁹⁰;
- ar) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- as) A faturação relativa ao período de 21-10-2009 a 27-10-2009, no montante de 14 116,90 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.05](#).

Carta/aviso da EDA, de 20-09-2010

- at) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 20-09-2010⁹¹, com o assunto «Contrato provisório para obras em BT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 20-10-2010;

⁸⁶ Cf. doc. 03.01.20, p. 14.

⁸⁷ Cf. doc. 03.01.20, p. 14.

⁸⁸ Cf. doc. 03.03.01.11, p. 2.

⁸⁹ Cf. doc. 03.02.02.

⁹⁰ Cf. doc.^{os} 03.01.20, p. 15, e 03.03.01.11, p. 2.

⁹¹ Cf. doc. 03.01.20, p. 13.

- au) Sobre essa carta/aviso foi exarado o seguinte despacho: «À Sra. [...] p/ tratar da renovação do contrato», com rubrica do Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva⁹², sem data;
- av) Relativamente à carta/aviso de 20-09-2010, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva declarou que reconhece a sua assinatura no documento e «informa que deu ordem para renovar»⁹³;
- aw) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- ax) A faturação relativa ao período de 28-10-2010 a 10-11-2011, no montante de 20 984,20 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no Apêndice III.o6.

10.5.3. Fornecimento de energia elétrica pela EDA, com aumento de potência (faturação de 11-11-2011 a 31-01-2013)

- ay) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 19-09-2011⁹⁴, com o assunto «Contrato provisório para obras em BT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 20-10-2011;
- az) Sobre essa carta/aviso foi exarado o seguinte despacho: «À [...] p/ renovar contrato», com rubrica do Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva, sem data, e acrescentada a informação «Cumprir o despacho», com rubrica ininteligível⁹⁵;
- ba) Relativamente à carta/aviso de 19-09-2011, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva declarou que reconhece a sua assinatura no documento e «informa que deu ordem para renovar»⁹⁶;
- bb) Assim, foi celebrado um novo contrato de fornecimento de energia elétrica para obras, com data de início de 11-11-2011, com o mesmo local de consumo (Município de São Roque do Pico, Zona Industrial, Santo António), que aumenta a potência instalada para 55,20 kVA⁹⁷;
- bc) Quanto ao aumento de potência, o Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva, referiu que «apesar de não ter memória do assunto, presume que deve ter dado ordem para o aumento da potência, eventualmente na

⁹² Cf. doc. 03.01.20, p. 13.

⁹³ Cf. doc. 03.03.01.11, p. 2.

⁹⁴ Cf. doc. 03.01.20, p. 12.

⁹⁵ Cf. doc. 03.01.20, p. 12.

⁹⁶ Cf. doc. 03.03.01.11, p. 2.

⁹⁷ Cf. doc.^{os} 03.02.03 e doc. 03.01.20, p. 13.

sequência de contacto da PICONGEL ou da própria EDA, considerando sempre que seria um compromisso anteriormente assumido pela Câmara»⁹⁸;

- bd) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- be) A faturação relativa ao período de 11-11-2011 a 26-04-2012, no montante de 10 084,52 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.07](#).

Carta/aviso da EDA, de 19-03-2012

- bf) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 19-03-2012⁹⁹, com o assunto «Contrato provisório para obras em BT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 20-04-2012;
- bg) Sobre essa carta/aviso foi exarado o seguinte despacho: «À DAF [...] p/ renovar o contrato», sem data, com rubrica do Presidente da Câmara Luís Filipe Ramos Macedo da Silva¹⁰⁰;
- bh) Relativamente à carta/aviso de 19-03-2012, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva declarou que reconhece a sua assinatura no documento e «informa que deu ordem para renovar»¹⁰¹;
- bi) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- bj) A faturação relativa ao período de 27-04-2012 a 31-01-2013, no montante de 19 641,83 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.08](#).

10.5.4. Fornecimento de energia elétrica pela EDA (faturação de 01-02-2013 a 31-12-2021)

- bk) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 03-12-2012¹⁰², com o assunto «Contrato provisório para obras em BTE/MT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 31-12-2012;
- bl) Sobre essa carta/aviso foi exarado o seguinte despacho: «À [...] p/ ver qual é o contrato e se for o da Tunapesca prorrogar o contrato», sem data, com rubrica do

⁹⁸ Cf. doc.ºs 03.01.20, p. 15, e 03.03.01.11, p. 2.

⁹⁹ Cf. doc. 03.01.20, p. 11.

¹⁰⁰ Cf. doc. 03.01.20, p. 11.

¹⁰¹ Cf. doc. 03.03.01.11, p. 2.

¹⁰² Cf. doc. 03.01.20, p. 10.

Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva, e a informação «Prolongado por mais seis meses», com rubrica ininteligível¹⁰³;

- bm) Relativamente à carta/aviso de 03-12-2012, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva declarou que reconhece a sua assinatura no documento e «informa que deu ordem para renovar»¹⁰⁴;
- bn) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- bo) A faturação relativa ao período de 01-02-2013 a 31-12-2013, no montante de 22 496,40 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.09](#).

Carta/aviso da EDA, de 02-12-2013

- bp) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 02-12-2013¹⁰⁵, com o assunto «Contrato provisório para obras em BTE/MT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 31-12-2013;
- bq) Sobre essa carta/aviso foram exarados os despachos: «À DAF para proceder à renovação do contrato», de 12-12-2013, com rubrica do Presidente da Câmara Municipal, Mark Anthony Silveira, «À Assistente Técnica Sra. [...], para cumprimento do despacho do Sr. Presidente», com rubrica ininteligível, e a informação «Cumpro o despacho», com rubrica ininteligível¹⁰⁶;
- br) Relativamente à carta/aviso de 02-12-2013, Mark Anthony Silveira declarou que «exarou o despacho», uma vez que «estava recentemente na Câmara, e mecanicamente, ordenou a renovação»¹⁰⁷;
- bs) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- bt) A faturação relativa ao período de 01-01-2014 a 31-12-2014, no montante de 24 680,68 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.10](#).

Carta/aviso da EDA, de 01-12-2014

- bu) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 01-12-2014¹⁰⁸, com o assunto «Contrato provisório para obras em BTE/MT», pela qual a empresa prestadora do

¹⁰³ Cf. doc. 03.01.20, p. 10.

¹⁰⁴ Cf. doc. 03.03.01.11, p. 2.

¹⁰⁵ Cf. doc. 03.01.20, p. 9.

¹⁰⁶ Cf. doc. 03.01.20, p. 9.

¹⁰⁷ Cf. doc. 03.03.01.02, p. 2.

¹⁰⁸ Cf. doc. 03.01.20, p. 8.

serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 31-12-2014;

- bv) Sobre essa carta/aviso foi exarado o despacho: «À DAF para providenciar a prorrogação do contrato», de 15-12-2014, com rubrica do Presidente da Câmara Municipal, Mark Anthony Silveira, e a informação «Contrato prorrogado até 31-12-2016 [...]»¹⁰⁹;
- bw) Nessa sequência, o Presidente da Câmara Municipal deu ordem verbal para que o contrato fosse renovado por mais um ano¹¹⁰;
- bx) O então Presidente da Câmara Municipal, revelou ter conhecimento do histórico do processo após uma reunião realizada no primeiro trimestre de 2014, declarando ter diligenciado no sentido de resolver a situação¹¹¹, ponderando «a possibilidade de solicitar às empresas deles beneficiárias a devolução dos montantes indevidamente pagos, mas contabilisticamente foi considerada a situação de se dar a entrada de uma receita ilegal por a Câmara não poder cobrar energia elétrica»¹¹²;
- ca) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- cb) A faturação relativa ao período de 01-01-2015 a 31-12-2015, no montante total de 31 990,57 euros, foi paga através das ordens de pagamento identificadas no [Apêndice III.11](#).

Carta/aviso da EDA, de 30-11-2015

- cc) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 30-11-2015¹¹³, com o assunto «Contrato provisório para obras em BTE/MT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 31-12-2015;
- cd) Sobre essa carta/aviso foi exarado o despacho: «Muito Urgente À DAF para solicitar prorrogação do prazo do contrato provisório», de 30-12-2015, com rubrica do Presidente da Câmara Mark Anthony Silveira, e a informação «Efetuada a alteração (prorrogação por mais um ano). [...]»¹¹⁴;

¹⁰⁹ Cf. doc. 03.01.20, p. 8.

¹¹⁰ Cf. doc. 03.03.01.02, p. 2.

¹¹¹ Informou que o Município preparou o projeto de execução da empreitada, publicitou e adjudicou o concurso público para a sua execução, mas o empreiteiro não teve capacidade para concluir a empreitada, tendo o contrato sido resolvido. Referiu também que, apesar de se verificar a necessidade de lançar um novo procedimento concursal, não foi possível concretizá-lo por ser necessária nova candidatura a fundos comunitários. Esclareceu também que «a sua intenção seria suspender o contrato de fornecimento ou enviar o fornecimento a todas as empresas, no entanto, após 15 anos de fornecimento às diferentes empresas, incluindo uma empresa de congelados, ponderou o perigo económico para as empresas e para o tecido empresarial do município» (cf. doc. 03.03.01.02).

¹¹² Cf. doc. 03.03.01.02.

¹¹³ Cf. doc. 03.01.20, p. 7.

¹¹⁴ Cf. doc. 03.01.20, p. 7.

- ce) Relativamente ao teor da carta/aviso de 30-11-2015, Mark Anthony Silveira declarou que contém despacho «de renovação do contrato com consciência do seu objeto»¹¹⁵;
- cf) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- cg) A faturação relativa ao período de 01-01-2016 a 31-12-2016, no montante de 34 040,83 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.12](#).

Carta/aviso da EDA, de 28-11-2016

- ch) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 28-11-2016¹¹⁶, com o assunto «Contrato provisório para obras em BTE/MT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 31-12-2016;
- ci) Sobre a carta/aviso foi exarado o despacho: «À DAF para solicitar renovação do contrato em apreço», de 30-12-2016, com rubrica do Presidente da Câmara Municipal, Mark Anthony Silveira¹¹⁷;
- cj) Relativamente ao teor da carta/aviso de 28-11-2016, Mark Anthony Silveira declarou que contém despacho «de renovação do contrato com consciência do seu objeto»¹¹⁸;
- ck) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- cl) A faturação relativa ao período de 01-01-2017 a 31-12-2017, no montante de 36 346,29 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.13](#).

Carta/aviso da EDA, de 05-12-2017

- cm) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 05-12-2017¹¹⁹, com o assunto «Contrato provisório para obras em BTE/MT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 31-12-2017;
- cn) Sobre essa carta/aviso foram exaradas as seguintes informações: «À DAFSCET para prorrogar, conforme indicação do Sr. Presidente [Mark Anthony Silveira]», com rubrica de [...], chefe do gabinete do Presidente da Câmara Municipal, e «prorrogado até 31/12/2018 [...]»¹²⁰;

¹¹⁵ Cf. doc. 03.03.01.02, p. 2.

¹¹⁶ Cf. doc. 03.01.20, p. 6.

¹¹⁷ Cf. doc. 03.01.20, p. 6.

¹¹⁸ Cf. doc. 03.03.01.02, p. 2.

¹¹⁹ Cf. doc. 03.01.20, p. 5.

¹²⁰ Cf. doc. 03.01.20, p. 5.

- co) Relativamente ao teor da carta/aviso de 05-12-2017, Mark Anthony Silveira declarou que contém despacho «da sua Chefe de Gabinete», proferida «na sequência das ordens verbais que deu»¹²¹;
- cp) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- cq) A faturação relativa ao período de 01-01-2018 a 31-12-2018, no montante de 39 574,28 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.14.](#)

Carta/aviso da EDA, de 03-12-2018

- cr) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 03-12-2018¹²², com o assunto «Contrato provisório para obras em BTE/MT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 31-12-2018;
- cs) Sobre essa carta/aviso foram exaradas as seguintes informações: «À DAF para providenciar a renovação», com rubrica de [...], chefe do gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Mark Anthony Silveira, e «Alterado/renovado em 19-12-2018. Data limite 31-12-2019. S Batista»¹²³;
- ct) Relativamente ao teor da carta/aviso de 03-12-2018, Mark Anthony Silveira declarou que contém despacho «do Chefe de Gabinete à data», proferido «na sequência das ordens verbais que deu»¹²⁴;
- cu) A faturação relativa ao período de 01-01-2019 a 31-12-2019, no montante de 45 382,08 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.15.](#)

Carta/aviso da EDA, de 09-12-2019

- cv) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 09-12-2019¹²⁵, com o assunto «Contrato provisório para obras em BTE/MT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 31-12-2019;
- cw) Sobre a carta/aviso foram exaradas as seguintes informações «Contrato alterado por mais 1 ano (31-12-2020)», sem qualquer assinatura ou rubrica, e «Tomei

¹²¹ Cf. doc. 03.03.01.02, p. 3.

¹²² Cf. doc. 03.01.20, p. 4.

¹²³ Cf. doc. 03.01.20, p. 4.

¹²⁴ Cf. doc. 03.03.01.02, p. 3.

¹²⁵ Cf. doc. 03.01.20, p. 3.

conhecimento», com rubrica do então Presidente da Câmara Municipal, Mark Anthony Silveira¹²⁶;

- cx) Relativamente ao teor da carta/aviso de 09-12-2019, Mark Anthony Silveira declarou que «foi ao seu conhecimento e prorrogou-se o contrato»¹²⁷;
- cy) A faturação relativa ao período de 01-01-2020 a 31-12-2020, no montante de 40 131,83 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.16](#).

Carta/aviso da EDA, de 30-11-2020

- cz) O Município recebeu a carta/aviso da EDA, de 30-11-2020¹²⁸, com o assunto «Contrato provisório para obras em BTE/MT», pela qual a empresa prestadora do serviço comunicou que o contrato de fornecimento de energia elétrica para obras caducaria a 31-12-2020.
- da) Sobre essa carta/aviso foram exarados os seguintes despachos: «À DOUSUA para os devidos efeitos», com rubrica de [...], chefe de gabinete de Mark Anthony Silveira) e «À DAF para celebrar contrato por mais um ano, até ao final de 2021. Conforme informação superior que me foi transmitida», e consta a informação «contrato de obras renovado até 31-12-2021», sem rubrica ou assinatura¹²⁹;
- db) O despacho para que o contrato fosse renovado por mais um ano foi exarado por ordem do Presidente da Câmara Mark Anthony Silveira¹³⁰;
- dc) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- dd) A faturação relativa ao período de 01-01-2021 a 31-12-2021, no montante de 39 870,27 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.17](#).

10.5.5. Fornecimento de energia elétrica pela EDA, com aumento de potência (faturação de 01-01-2022 a 31-04-2022)

- de) Em 13-01-2022, a Câmara Municipal solicitou a prorrogação do contrato de obras com o n.º [...], com o código de identificação local [...], por um ano¹³¹;
- df) Em decorrência, foi outorgado um novo contrato de fornecimento de energia elétrica para obras, com data de início de 20-01-2022, outorgado pelo atual Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva, com o local de consumo

¹²⁶ Cf. doc. 03.01.20, p. 3.

¹²⁷ Cf. doc. 03.03.01.02, p. 3.

¹²⁸ Cf. doc. 03.01.20, p. 2.

¹²⁹ Cf. doc. 03.01.20, p. 2.

¹³⁰ Cf. doc. 03.03.01.02, p. 3.

¹³¹ Cf. doc. 03.02.06.

«Zona Industrial, Santo António», que aumenta a potência instalada para 57,04 kVA¹³²;

- dg) De acordo com os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara Municipal, apenas no momento da prorrogação teve «a noção que não era correto, mas fê-lo com a intenção de assegurar que a PICONGEL e restantes entidades instaladas não fossem prejudicadas com um corte de energia repentino e sem outra alternativa de fornecimento de energia»¹³³;
- dh) No período em análise, não foram realizadas empreitadas de obras públicas no Parque Empresarial – Zona Industrial de São Roque do Pico;
- di) A faturação relativa ao período de 01-01-2022 a 30-04-2022, no montante de 11 797,16 euros, foi paga através de ordens de pagamento, identificadas no [Apêndice III.18](#).

10.6. Realização de empreitadas de obras públicas

10.6.1. Remodelação do PT da zona industrial de São Roque do Pico (2008)

- dj) Em 19-10-2007, na sequência de concurso limitado sem publicação de anúncio¹³⁴, o Município de São Roque do Pico adjudicou a empreitada de requalificação do posto de transformação (PT) existente no Parque Empresarial – Zona Industrial;
- dk) Entre maio e agosto de 2008 foram elaborados quatro autos de medição de trabalhos¹³⁵, tendo o auto de receção provisória sido lavrado em 28-08-2008¹³⁶;
- dl) De acordo com os esclarecimentos prestados¹³⁷, esse posto de transformação ficou em funcionamento apenas para parte do complexo sul, sendo que a área abrangida pelo contador provisório para obras é a área norte.

10.6.2. Infraestruturação do Parque Empresarial da Zona Industrial de Santo António – São Roque do Pico (2019)

- dm) Em 2019, o Município de São Roque do Pico adjudicou a empreitada de «Infraestruturação do Parque Empresarial da Zona Industrial de Santo António – São Roque do Pico»¹³⁸;

¹³² Cf. doc.^{os} 03.02.05 e 03.01.20, p. 13.

¹³³ Cf. doc. 03.03.01.11, p. 3.

¹³⁴ Cf. doc. 03.03.16.

¹³⁵ Cf. doc. 03.03.12.

¹³⁶ Cf. doc. 03.01.27.

¹³⁷ Cf. doc. 03.03.01.04.

¹³⁸ Na sequência dos anúncios n.º 1649/2017, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 44, de 02-03-2017, e n.º 60/2017, publicado em *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, 2.ª série, n.º 41, de 02-03-2017.

- dn) O contrato referente de empreitada foi visado pelo Tribunal de Contas, em 09-04-2019¹³⁹;
- do) Os trabalhos da empreitada tiveram início a partir de 03-06-2019¹⁴⁰, tendo o último auto de medição de trabalhos sido lavrado em 31-12-2019¹⁴¹;
- dp) Em 22-01-2020, aquando da deslocação à obra da respetiva equipa de fiscalização, a mesma verificou que a obra havia sido abandonada¹⁴²;
- dq) Em 09-09-2020, na sequência de pedido de resolução do contrato, apresentado pelo empreiteiro em 13-04-2020, a Câmara Municipal autorizou a abertura de um novo procedimento concursal¹⁴³;
- dr) Posteriormente, foi publicitada a abertura do concurso público¹⁴⁴, o qual ficou deserto¹⁴⁵;
- ds) Até 30-04-2022, não houve desenvolvimentos subsequentes.

10.6.3. Execução de infraestruturas de abastecimento de energia elétrica e telecomunicações em alguns lotes do Parque Empresarial de São Roque do Pico (2022)

- dt) Com vista a regularizar o fornecimento de energia elétrica, o Município adjudicou, em 02-06-2022, na sequência de procedimento por ajuste direto, a execução de infraestruturas de abastecimento de energia elétrica e telecomunicações a alguns lotes do parque empresarial de São Roque do Pico¹⁴⁶;
- du) A empreitada já se encontra concluída¹⁴⁷, tendo sido lavrado o auto de receção provisória em 27-10-2022¹⁴⁸;
- dv) O Município de São Roque do Pico notificou, em 27-10-2022, as empresas instaladas no Parque Empresarial para, no prazo de 10 dias úteis, providenciarem junto da EDA, a contratualização do fornecimento de energia elétrica¹⁴⁹, advertindo as empresas de que «findo o prazo de 10 dias (...), será o contrato provisório de fornecimento de

¹³⁹ No âmbito do processo de fiscalização prévia n.º 6/2019, cf. doc. 03.01.12 (tendo subjacente um contrato de empréstimo, também visado no processo de fiscalização prévia n.º 22/2018).

¹⁴⁰ Cf. doc. 03.01.28, p. 1.

¹⁴¹ Como indicado no auto de consignação da empreitada, Cf. doc. 03.03.10, p. 48.

¹⁴² Cf. doc. 03.03.11.

¹⁴³ Cf. doc. 03.01.17., pp. 4 e seguintes.

¹⁴⁴ Anúncio n.º 1789/2021, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 15-02-2021, e anúncio n.º 35/2021, publicado em *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, 2.ª série, n.º 29, de 11-02-2021, com o objeto: «Concurso Público 01/2021/CMRSP/DOUSUA, para a realização da empreitada de “infraestruturação do Parque Empresarial – Zona Industrial de Santo António – São Roque do Pico”, na freguesia de Santo António, concelho de São Roque do Pico».

¹⁴⁵ Cf. doc. 03.03.22, p. 6.

¹⁴⁶ Cf. doc. 03.01.13.

¹⁴⁷ Cf. doc. 03.04.22.

¹⁴⁸ Cf. doc. 03.04.23.

¹⁴⁹ Cf. doc. 03.04.24.

energia elétrica, titulado por esta autarquia e que fornece energia à zona em questão, cancelado de imediato»¹⁵⁰.

10.7. Sistema de controlo interno instituído

- dw) O sistema de controlo interno em vigor no Município foi aprovado pela Assembleia Municipal, em sessão de 20-12-2001, prevendo-se, na alínea d) do artigo 8.º do referido sistema, que as despesas só podem cativadas, assumidas, autorizadas e pagas, se forem legais¹⁵¹;
- dx) O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, de Corrupção e de Infrações Conexas, foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal, de 11-01-2010¹⁵².
- dy) Em 13-04-2022, a Câmara Municipal deliberou aprovar a nova norma de controlo interno e respetivos manuais de controlo interno, que consubstanciam «um conjunto de procedimentos tendentes a garantir: a salvaguarda dos ativos, o registo e atualização o património, a legalidade e a regularidade das operações (...)»¹⁵³, como decorre do seu artigo 3.º, n.º 1;
- dz) O Presidente da Câmara Municipal informou, em 20-07-2022, que a autarquia se encontrava a elaborar um novo Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, de Corrupção e de Infrações Conexas que inclui, no setor da contabilidade, um mecanismo de verificação interna da legalidade das despesas correntes¹⁵⁴.

10.8. Síntese da matéria de facto

58 Em síntese, apuraram-se os seguintes factos:

- Em 2005, foi criado o Parque Empresarial de São Roque do Pico, envolvendo áreas de iniciativa municipal e de iniciativa privada (sendo promotores a Invespico – Sociedade Imobiliária, L.da, e Jaime Tavares de Melo).
- Previamente, em 2002, o Município de São Roque do Pico havia celebrado um protocolo com um dos promotores, vinculando-se a executar «as obras de infraestruturas públicas na parte do loteamento que fica a Norte da Estrada Municipal, que atravessa a Zona Industrial, nomeadamente rede de energia elétrica subterrânea e I.P., rede de distribuição de água e rede viária»¹⁵⁵.

¹⁵⁰ *Idem*.

¹⁵¹ Cf. doc. 03.01.24.

¹⁵² Cf. doc. 03.03.13, p. 29.

¹⁵³ Cf. doc. 03.01.04, pp. 8 e seguintes. Esta norma terá sido apresentada à Assembleia Municipal na sua sessão ordinária do mês de setembro de 2022 (cf. doc. 03.04.12, p. 2).

¹⁵⁴ Cf. doc. 03.03.14.

¹⁵⁵ Cf. doc. 03.01.01.

- No período compreendido entre outubro de 2005 e abril de 2022 – abrangendo os mandatos autárquicos de 2001-2005, 2005-2009, 2009-2013, 2013-2017, 2017-2021 e 2021-2025 –, os então presidentes da Câmara Municipal de São Roque do Pico, autorizaram a assunção e o pagamento de despesas no montante total de 432 719,08 euros, envolvendo o fornecimento de energia elétrica ao Município, pela EDA, S.A., com a finalidade de permitir a realização de obras públicas no Parque Empresarial de São Roque do Pico – Zona Industrial¹⁵⁶:

Quadro 4 – Instrumentos contratuais e autorização da despesa

(em Euro)

Documento sobre o qual incidiu a autorização da despesa	Data	Período de faturação	Potência contratada	Autor do ato	Cargo	Montante	Doc.
Contrato	12-10-2005	13-10-2005 a 18-10-2006	20,70 kVA	Manuel Joaquim Neves da Costa	Presidente da Câmara Municipal	6 189,94	03.01.20
Carta/aviso	11-09-2006	19-10-2006 a 26-10-2007	-			10 748,96	03.01.20
Carta/aviso	10-09-2007	27-10-2007 a 28-10-2008	-			12 445,82	03.01.20
Subtotal						29 384,72	
Carta/aviso	15-09-2008	29-10-2008 a 12-10-2009	-	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	Presidente da Câmara Municipal	12 196,52	03.01.20
Contrato	20-10-2009	21-10-2009 a 27-10-2010	27,60 kVA			14 116,90	03.01.20
Carta/aviso	20-09-2010	28-10-2010 a 10-11-2011	-			20 984,20	03.01.20
Contrato	11-11-2011	11-11-2011 a 26-04-2012	55,20 kVA			10 084,52	03.02.03
Carta/aviso	19-03-2012	27-04-2012 a 31-01-2013	-			19 641,83	03.01.20
Contrato	18-12-2012	01-02-2013 a 31-12-2013	55,20 kVA			22 496,40	03.02.04
Subtotal						99 520,37	
Carta/aviso	02-12-2013	01-01-2014 a 31-12-2014	-	Mark Anthony Silveira	Presidente da Câmara Municipal	24 680,68	03.01.20
Carta/aviso	01-12-2014	01-01-2015 a 31-12-2015	-			31 990,57	03.01.20
Carta/aviso	30-11-2015	01-01-2016 a 31-12-2016	-			34 040,83	03.01.20
Carta/aviso	28-11-2016	01-01-2017 a 31-12-2017	-			36 346,29	03.01.20
Carta/aviso	05-12-2017	01-01-2018 a 31-12-2018	-			39 574,28	03.01.20
Carta/aviso	03-12-2018	01-01-2019 a 31-12-2019	-			45 382,08	03.01.20
Carta/aviso	09-12-2019	01-01-2020 a 31-12-2020	-			40 131,83	03.01.20
Carta/aviso	30-11-2020	01-01-2021 a 31-12-2021	-			39 870,27	03.01.20
Subtotal						292 016,83	
Contrato	20-01-2022	01-01-2022 a 30-04-2022	57,04 kVA	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	Presidente da Câmara Municipal	11 797,16	03.01.20
Subtotal						11 797,16	
Total						432 719,08	

- Contudo, quem efetivamente beneficiou dos pagamentos realizados pelo Município de São Roque do Pico, em execução dos aludidos contratos de fornecimento de energia elétrica, foram as empresas privadas instaladas no Parque Empresarial, uma vez que as obras promovidas pelo Município decorreram num horizonte temporal muito limitado: de maio a agosto de 2008, e de junho a dezembro de 2019.
- Os elementos documentais disponíveis indiciam que os meios de controlo interno existentes não asseguraram o cumprimento da legalidade dos contratos a que o Município se vinculou.

¹⁵⁶ A faturação foi paga através das ordens de pagamento identificadas no [Apêndice III](#).

11. Apreciação

11.1. Ilegalidade das despesas incorridas pelo Município de São Roque do Pico com o consumo de energia elétrica por parte de empresas privadas instaladas no respetivo Parque Empresarial - Zona Industrial

59 Como emerge da matéria de facto, ao longo de mais de 15 anos, foram assumidas despesas e concretizados pagamentos pelo Município de São Roque do Pico, relativos ao fornecimento de energia elétrica que se destinava a permitir a realização de obras públicas no respetivo Parque Empresarial, mas que, afinal, resultaram, em benefício das empresas privadas ali instaladas.

60 A prática dos atos de autorização da despesa e dos pagamentos traduziu-se na atribuição de ajudas públicas sem a existência de regulamento aprovado pela Assembleia Municipal de São Roque do Pico que definisse, com rigor, os objetivos dos apoios, a sua natureza e critérios de cálculo dos seus montantes, as condições de acesso, os critérios de apreciação e seleção dos pedidos, os mecanismos de controlo, bem como o regime procedimental que assegurasse o cumprimento dos princípios gerais da atividade administrativa, nomeadamente os da legalidade, da prossecução do interesse público, da igualdade e da imparcialidade¹⁵⁷.

61 A atribuição dos apoios às empresas privadas, no contexto descrito, contraria o disposto no artigo 53.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99 (quanto ao período até outubro de 2013), e nos artigos 25.º, n.º 1, alínea g), e 33.º, n.º 1, alínea k), do regime jurídico das autarquias locais (quanto ao período posterior), bem como no ponto 2.3.4.2, alínea d), do POCAL (aplicável até 2020), que determina que as despesas só podem ser autorizadas e pagas se forem legais.

11.2. Eventual responsabilidade financeira

62 A violação de normas legais relativas à assunção, autorização ou pagamento de despesas públicas é suscetível de gerar responsabilidade financeira sancionatória, punível com multa, de acordo com o disposto no artigo 65.º, n.ºs 1, alínea b), segunda parte, e 2, da LOPTC.

63 Na medida em que os pagamentos ilegais causaram dano para o erário público, por falta de contraprestação legalmente adequada, são também suscetíveis de gerar responsabilidade financeira reintegratória, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 59.º da LOPTC.

64 De acordo com o previsto nos artigos 61.º, n.ºs 1 e 4, e 67.º, n.º 3, da LOPTC, a responsabilidade pela prática das infrações financeiras recai sobre os agentes da ação, bem

¹⁵⁷ Cf. artigos 3.º, 4.º, 6.º e 9.º do CPA.

como sobre os funcionários e agentes que não esclareçam os assuntos da sua competência de harmonia com a lei.

- 65 As despesas foram autorizadas pelos presidentes do órgão executivo, nos mandatos autárquicos de 2001-2005, 2005-2009, 2009-2013, 2013-2017, 2017-2021 e 2021-2025, Manuel Joaquim Neves da Costa, Mark Anthony Silveira e Luís Filipe Ramos Macedo da Silva, não havendo evidências, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 61.º da LOPTC, na redação dada pelo artigo 248.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, de que tenham sido ouvidas as «estações competentes».
- 66 Os pagamentos efetuados em execução dos contratos foram também autorizados pelos referidos eleitos locais¹⁵⁸.
- 67 Como se assinalou (ponto 9., *supra*), a responsabilidade financeira só ocorre se a ação for praticada com culpa (dolo ou negligência)¹⁵⁹. Assim, está concretamente em causa saber se os agentes da ação violaram os deveres objetivos de cuidado que sobre eles recaíam de boa gestão e utilização de dinheiros públicos e se, em face das circunstâncias concretas, lhes era exigível um comportamento diferente.
- 68 Considerando o contexto, acima descrito, em que foram tomadas as decisões de autorização da despesa e subsequentes pagamentos, haverá que distinguir o contrato inicial de fornecimento de energia elétrica, celebrado em 2005, por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico em funções à data, Manuel Joaquim Neves da Costa¹⁶⁰, dos demais contratos que se lhe seguiram.
- 69 Quanto ao primeiro, verificou-se que, apesar de formalmente visar a realização de obras públicas, foi assumidamente celebrado com o intuito permitir a instalação de uma empresa privada no Parque Empresarial de São Roque do Pico – Zona Industrial, não subsistindo dúvidas de que, na altura, deveria ter sido devidamente acautelada a legalidade da despesa, o que obstaria a que o contrato tivesse sido celebrado nos termos em que o foi.
- 70 Relativamente aos demais contratos celebrados, outorgados pelos sucessivos titulares do cargo de Presidente da Câmara Municipal, os elementos disponíveis apontam no sentido de não lhes ser exigível comportamento diferente, face ao princípio da tutela da confiança – com a celebração do primeiro contrato, foram criadas legítimas expectativas junto dos operadores económicos e, por esta via, incentivado o investimento das empresas privadas –, tendo também ocorrido fatores externos adversos que conduziram a que as obras necessárias à regularização da situação criada não tivessem sido realizadas com a celeridade desejada.
- 71 Assim, é responsável Manuel Joaquim Neves da Costa, enquanto titular do cargo de Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico, nos mandatos autárquicos de 2001-2005 e de 2005-2009, que autorizou a despesa a que respeita o contrato de

¹⁵⁸ Salvo situações pontuais de ausência ou impedimento dos autarcas (cf. [Apêndice III](#)).

¹⁵⁹ Artigos 61.º, n.º 5, e 67.º, n.º 3, da LOPTC.

¹⁶⁰ O prazo de execução do contrato foi prorrogado até 2008, por despacho do próprio (cf. [Apêndice IV](#)).

fornecimento de energia elétrica celebrado com a EDA em 2005 (e subseqüentes prorrogações) e ordenou os correspondentes pagamentos, sabendo que o mesmo resultaria em benefício exclusivo de entidades privadas, sem que estivessem asseguradas condições de igualdade para com os demais operadores económicos.

- 72 Os pagamentos ilegais, no montante de 29 384,72 euros¹⁶¹, não tiveram contrapartida, o que é suscetível de gerar responsabilidade financeira reintegratória, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 59.º da LOPTC.
- 73 O prazo de prescrição do procedimento por responsabilidade sancionatória é de 5 anos e o de prescrição por responsabilidade financeira reintegratória é de 10 anos¹⁶².
- 74 O prazo de prescrição conta-se a partir da data da infração, suspendendo-se com o início da auditoria e até à audição do responsável, sem poder ultrapassar dois anos¹⁶³.
- 75 Na situação em apreço, as despesas e os correspondentes pagamentos foram autorizados pelo eventual responsável até 28-12-2006¹⁶⁴, tendo a auditoria sido iniciada em 31-05-2022, com a aprovação do respetivo plano¹⁶⁵.
- 76 Assim, como decorreram mais de 10 anos desde o dia da prática dos atos geradores de eventual responsabilidade financeira até ao início da auditoria, o procedimento por responsabilidade financeira sancionatória e reintegratória pode estar prescrito.

¹⁶¹ Cf. [Apêndice IV](#).

¹⁶² Artigo 70.º, n.º 1, da LOPTC.

¹⁶³ Artigo 70.º, n.ºs 2 e 3, da LOPTC. A esta suspensão do prazo de prescrição acrescem as suspensões excecionais legalmente previstas, relacionadas com a situação epidemiológica causadora da COVID-19 (cf. artigo 7.º, n.ºs 3 e 4, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, revogado pelo artigo 8.º da Lei n.º 16/2020, de 29 de maio, e artigo 6.º-B, n.ºs 3 e 4, da mesma Lei n.º 1-A/2020, aditado pelo artigo 2.º da Lei n.º 4-B/2021, de 1 de fevereiro).

¹⁶⁴ Cf. Apêndices [III.01](#), [III.02](#) e [IV](#).

¹⁶⁵ Doc. 02.01.

PARTE IV CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

12. Principais conclusões

77

Face ao que antecede, apresentam-se a seguir as principais conclusões a que se chegou no âmbito da presente ação.

Pontos do Relatório	Conclusões
10.5 e 11.1	<p>Ao longo de mais de 15 anos, abrangendo os mandatos autárquicos de 2001-2005, 2005-2009, 2009-2013, 2013-2017, 2017-2021 e 2021-2025, os correspondentes presidentes da Câmara Municipal de São Roque do Pico, autorizaram a assunção e o pagamento de despesas, no montante total de 432 719,08 euros, titulados por contratos de fornecimento de energia elétrica celebrados com a finalidade de permitir a realização de obras no Parque Empresarial de São Roque do Pico – Zona Industrial, pelo Município.</p> <p>Contudo, quem efetivamente beneficiou dos pagamentos realizados pelo Município foram as empresas privadas instaladas no referido Parque Empresarial, uma vez que as obras decorreram num horizonte temporal muito limitado: de maio a agosto de 2008 e de junho a dezembro de 2019 (respetivamente, empreitadas de remodelação do PT da zona industrial de São Roque do Pico e de infraestruturação do Parque Empresarial – Zona industrial).</p> <p>A prática dos atos de autorização de despesa e do pagamento traduziu-se na atribuição de ajudas públicas sem a existência de regulamento aprovado pela Assembleia Municipal de São Roque do Pico que definisse, com rigor, os objetivos dos apoios, a sua natureza e critérios de cálculo dos montantes, as condições de acesso, os critérios de apreciação e seleção dos pedidos, os mecanismos de controlo, bem como o regime procedimental, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios gerais da atividade administrativa, nomeadamente os da legalidade, da prossecução do interesse público, da igualdade e da imparcialidade.</p>
9. e 11.1	<p>A atribuição dos apoios sem base regulamentar contraria o disposto no artigo 53.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (quanto ao período até outubro de 2013), e nos artigos 25.º, n.º 1, alínea g), e 33.º, n.º 1, alínea k), do regime jurídico das autarquias locais (quanto ao período posterior), bem como no ponto 2.3.4.2, alínea d), do POCAL (aplicável até 2020), que determina que as despesas só podem ser autorizadas e pagas se forem legais.</p> <p>A violação de normas legais relativas à assunção, autorização ou pagamento de despesas públicas é suscetível de gerar responsabilidade financeira sancionatória, de acordo com o artigo 65.º, n.ºs 1, alínea b), segunda parte, e 2, da LOPTC.</p> <p>Na medida em que os pagamentos ilegais causaram dano para o erário público, por falta de contraprestação legalmente adequada, são também suscetíveis de gerar responsabilidade financeira reintegratória, nos termos dos do artigo 59.º, n.ºs 1 e 4, da LOPTC.</p>

Pontos do Relatório	Conclusões
11.2	<p>Os atos merecedores de censura foram praticados pelo titular do cargo de Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico, nos mandatos autárquicos de 2001-2005 e de 2005-2009, Manuel Joaquim Neves da Costa, que autorizou a despesa a que respeita o contrato inicial de fornecimento de energia elétrica e ordenou os correspondentes pagamentos, sabendo que o mesmo resultaria em benefício exclusivo de entidades privadas e que não estavam asseguradas as condições de igualdade para com os demais operadores económicos.</p> <p>Como decorreram mais de 10 anos desde o dia da prática dos atos geradores de eventual responsabilidade financeira até ao início da auditoria, o procedimento por responsabilidade financeira sancionatória e reintegratória pode estar prescrito.</p>
5., 10.5 e 11.1	<p>O sistema de controlo interno instituído não assegurou a legalidade dos contratos a que o Município se vinculou, estando em curso procedimentos de revisão.</p>

13. Recomendação

78 Tendo presente as observações constantes do presente Relatório, formula-se a seguinte recomendação à Câmara Municipal de São Roque do Pico:

Recomendação	Pontos do Relatório
Implementar procedimentos de controlo interno que assegurem o controlo da legalidade de todos os contratos a que o Município se vincula.	10.5 e 10.8

79 Com o acatamento da recomendação formulada, o Tribunal de Contas espera impactos positivos no *cumprimento da legalidade e da regularidade*, bem como na *melhoria da gestão financeira pública, da transparência e da responsabilidade*.

Decisão

Aprova-se o presente Relatório, nos termos dos artigos 55.º e 78.º, n.º 2, alínea *a)*, e 107.º, n.º 1, alínea *a)*, da LOPTC.

Para efeito de acompanhamento da recomendação formulada, o Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico deverá, até 30-06-2024, remeter ao Tribunal de Contas a norma de controlo interno, o plano de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, aprovado pelos órgãos competentes, na sequência da revisão operada.

Expressa-se à entidade auditada e aos autarcas envolvidos o apreço do Tribunal pela disponibilidade e pela colaboração prestadas durante o desenvolvimento desta ação.

São devidos emolumentos, nos termos dos artigos 10.º, n.º 1, e 11.º, n.º 1, do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, conforme conta de emolumentos a seguir apresentada.

Remeta-se cópia do presente Relatório ao Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico, para efeito do disposto na alínea *o)* do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como ao eventual responsável e demais autarcas ouvidos em contraditório.

Remeta-se também cópia do presente relatório à Presidência do Governo Regional, com competência em matéria de cooperação com o poder local.

Entregue-se cópia do presente Relatório ao Magistrado do Ministério Público, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º da LOPTC.

Após as notificações e comunicações necessárias, divulgue-se na *Internet*.

Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em 29 de fevereiro de 2024.

A Juíza Conselheira

(Cristina Flora)

Conta de emolumentos

(Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de maio) ⁽¹⁾

EPA	Ação n.º 22/D262-01ARF4
Entidade fiscalizada:	Município de São Roque do Pico

Sujeito passivo ⁽²⁾	Receitas próprias
Município de São Roque do Pico	Sim

(em Euro)

Descrição	Base de cálculo		Valor
	Unidade de tempo (2)	Custo <i>standard</i> (3)	
Desenvolvimento da ação:			
— Fora da área da residência oficial	30	119,99	3 599,70
— Na área da residência oficial	236	88,29	20 836,44
Emolumentos calculados			24 436,14
Emolumentos mínimos (4)	1 716,40		
Emolumentos máximos (5)	17 164,00		
Emolumentos a pagar			17 164,00
Empresas de auditoria e consultores técnicos (6)			
Prestação de serviços			
Outros encargos			
Total de emolumentos e encargos a suportar pelo sujeito passivo:			17 164,00

Notas

<p>(1) O Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de maio, que aprovou o Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, foi retificado pela Declaração de Retificação n.º 11-A/96, de 29 de junho, e alterado pela Lei n.º 139/99, de 28 de agosto, e pelo artigo 95.º da Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril.</p> <p>(2) Cada unidade de tempo (UT) corresponde a 3 horas e 30 minutos de trabalho.</p> <p>(3) Custo <i>standart</i>, por UT, aprovado por deliberação do Plenário da 1.ª Secção, de 3 de novembro de 1999:</p> <p>— Ações fora da área da residência oficial.....119,99 euros</p> <p>— Ações na área da residência oficial 88,29 euros</p>	<p>(4) Emolumentos mínimos (1 716,40 euros) correspondem a 5 vezes o VR (n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas), sendo que o VR (valor de referência), fixado atualmente em 343,28 euros, calculado com base no índice 100 da escala indiciária das carreiras de regime geral da função pública que vigorou em 2008 (333,61 euros), atualizado em 2,9%, nos termos do n.º 2.º da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro. Emolumentos máximos (17 164,00 euros) correspondem a 50 vezes o VR (n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas).</p> <p>(5) Emolumentos máximos (17 164,00 euros) correspondem a 50 vezes o VR (n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas).</p> <p>(6) O regime dos encargos decorrentes do recurso a empresas de auditoria e a consultores técnicos consta do artigo 56.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, e do n.º 3 do artigo 10.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas.</p>
--	--

Ficha técnica

Função	Nome	Cargo/Categoria
Coordenação	Ana Cristina Medeiros	Auditora-Coordenadora ¹⁶⁶
	Cristina Soares Ribeiro	Auditora-Coordenadora ¹⁶⁷
Execução e coordenação	Carlos Brum Melo	Auditor-Coordenador ¹⁶⁸
Execução	Rita Tavares de Melo	Auditora Verificadora ¹⁶⁹
	Pedro Ferreira da Silva	Auditor Verificador

¹⁶⁶ Entre 01-01-2023 e 31-01-2024. Até 31-12-2022 exerceu as funções de Coordenadora da Equipa de Projeto e Auditoria.

¹⁶⁷ Até 31-12-2022.

¹⁶⁸ A partir de 01-02-2024.

¹⁶⁹ Até 31-12-2022. Foi nomeada Coordenadora da Equipa de Projeto, com efeitos a 01-01-2023.

Anexo

Resposta dada em contraditório



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO

9940-353 S. ROQUE DO PICO (AÇORES)
Telefone: 292 648 700 E-mail: geral@cm-saoroquedopico.pt
N.º Fiscal: 512 074 771

Ex.º Senhor:

Subdiretor-Geral

Tribunal de Contas – Seção Regional dos
Açores do Tribunal de Contas

sra@tcontas.pt

Sua referência
184-ST

Comunicação
2024-01-12

Nossa referência
78/G/2/GAJ

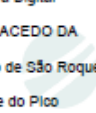
Data:
2024-01-23

ASSUNTO: **Ação 22/D262-01ARF4 – Auditoria ao pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica de empresas instaladas na respetiva Zona Industrial – Contraditório**

Luís Filipe Silva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico, notificado do teor do projeto de relatório referente à auditoria supra identificada, em cumprimento do disposto no artigo 13.º e n.º 3 do artigo 87.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, vem informar V. Ex.ª que esta entidade e seus responsáveis legais irão levar em consideração as recomendações formuladas sobre a implementação de procedimentos que assegurem o controlo da legalidade dos contratos a que o Município se vincula, nomeadamente na proposta de revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, a qual se espera estar concluída para aprovação pelo competentes órgãos até abril deste ano.

Com os melhores cumprimentos e estimada consideração,

O Presidente da Câmara Municipal,

Assinado com Assinatura Digital
Qualificada por:
LUÍS FILIPE RAMOS MACEDO DA
SILVA
Presidente do Município de São Roque
do Pico
Município de São Roque do Pico
Data: 23-01-2024 10:59:26 

Apêndices

II – Áreas infraestruturadas e por infraestruturar do Parque Empresarial



III – Fornecimento de energia elétrica para obras

III.01 – Contrato de 12-10-2005

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	Doc.
102000572592	13-10-2005 a 13-12-2005	129,46	1 242	14-02-2006	14-02-2006	Presidente da Câmara Municipal	Manuel Joaquim Neves da Costa	15-02-2006	129,46	03.03.02.01.01, pp. 1 e 4
102000572591	14-12-2005 a 11-01-2006	214,01	1 243	14-02-2006	14-02-2006			15-02-2006	214,01	03.03.02.01.02, pp. 1 e 5
106000573796	12-01-2006 a 09-02-2006	592,85	1 393	16-03-2006	16-03-2006			22-03-2006	592,85	03.03.02.01.03, pp. 1, 11 e 15
108000579812	10-02-2006 a 10-03-2006	361,45	1 612	26-04-2006	26-04-2006			03-05-2006	361,45	03.03.02.01.04, pp. 1 e 5
100000624343	11-03-2006 a 10-04-2006	260,22	1 732	25-05-2006	25-05-2006			30-05-2006	260,22	03.03.02.01.05, pp. 1 e 10
108000602567	11-04-2006 a 19-05-2006	1 010,72	1 862	14-06-2006	14-06-2006			16-06-2006	1 010,72	03.03.02.01.06, pp. 1 e 3
102000633272	20-05-2006 a 20-06-2006	756,84	2 092	17-07-2006	17-07-2006			19-07-2006	756,84	03.03.02.01.07, pp. 1 e 14
102000646320	21-06-2006 a 18-07-2006	355,50	2 242	18-08-2006	18-08-2006			23-08-2006	355,50	03.03.02.01.08, pp. 1 e 12
108000638025	19-07-2006 a 18-08-2006	990,48	2 371	13-09-2006	13-09-2006			14-09-2006	990,48	03.03.02.01.09, pp. 1 e 3
106000657824	19-08-2006 a 18-09-2006	899,44	2 594	24-10-2006	24-10-2006			25-10-2006	899,44	03.03.02.01.10, pp. 1 e 2
100000698030	19-09-2006 a 18-10-2006	618,97	2 634	17-11-2006	17-11-2006			17-11-2006	618,97	03.03.02.01.11, pp. 1 e 2
Total		6 189,94						Total	6 189,94	

III.02 – Carta/aviso da EDA, de 11-09-2006

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.			
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor				
106000681920	19-10-2006 a 17-11-2006	521,70	2 898	28-12-2006	28-12-2006	Presidente	Manuel Joaquim Neves da Costa	28-12-2006	521,70	03.03.02.02.01, pp. 1 e 10			
100000723289	18-11-2006 a 19-12-2006	546,50	42	23-01-2007	23-01-2007	Vice-Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	31-01-2007	546,50	03.03.02.02.02, pp. 1 e 2			
100000735882	20-12-2006 a 18-01-2007	1 132,05	200	21-02-2007	21-02-2007	Presidente	Manuel Joaquim Neves da Costa	23-02-2007	1 132,05	03.03.02.02.03, pp. 1 e 2			
108000708078	19-01-2007 a 15-02-2007	652,93	339	15-03-2007	15-03-2007			16-03-2007	652,93	03.03.02.02.04, pp. 1 e 2			
100000760656	16-02-2007 a 19-03-2007	781,27	498	18-04-2007	18-04-2007			19-04-2007	781,27	03.03.02.02.05, pp. 1 e 2			
100000773055	20-03-2007 a 17-04-2007	847,10	644	18-05-2007	18-05-2007			22-05-2007	847,10	03.03.02.02.06, pp. 1 e 2			
102000769810	18-04-2007 a 18-05-2007	752,35	792	19-06-2007	19-06-2007			27-06-2007	752,35	03.03.02.02.07, pp. 1 e 2			
100000798001	19-05-2007 a 27-06-2007	1 515,95	926	19-07-2007	19-07-2007			23-07-2007	1 515,95	03.03.02.02.08, pp. 1 e 2			
108000767598	28-06-2007 a 26-07-2007	726,76	1 039	14-08-2007	14-08-2007			17-08-2007	726,76	03.03.02.02.09, pp. 1 e 2			
100000823413	27-07-2007 a 28-08-2007	851,23	1 153	18-09-2007	18-09-2007			19-09-2007	851,23	03.03.02.02.10, pp. 1 e 2			
102000819396	29-08-2007 a 26-09-2007	1 564,47	1 269	16-10-2007	16-10-2007			18-10-2007	1 564,47	03.03.02.02.11, pp. 1 e 2			
108000803766	27-09-2007 a 26-10-2007	856,65	1 468	15-11-2007	15-11-2007			21-11-2007	856,65	03.03.02.02.12, pp. 1 e 2			
Total		10 748,96	Total							10 748,96			

III.03 – Carta/aviso da EDA, de 10-09-2007

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.	
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor		
100000860988	27-10-2007 a 27-11-2007	924,40	1 695	13-12-2007	13-12-2007	Vice-Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	18-12-2007	924,40	03.03.02.03.01, pp. 1 e 2	
100000873254	28-11-2007 a 26-12-2007	1 071,11	22	15-01-2008	15-01-2008			16-01-2008	1 071,11	03.03.02.03.02, pp. 1 e 2	
100000887164	27-12-2007 a 28-01-2008	899,61	225	29-02-2008	29-02-2008	Presidente	Manuel Joaquim Neves da Costa	05-03-2008	899,61	03.03.02.03.03, pp. 1 e 2	
108000853536	29-01-2008 a 26-02-2008	789,50	323	25-03-2008	25-03-2008			26-03-2008	789,50	03.03.02.03.04, pp. 1 e 2	
104000886803	27-02-2008 a 26-03-2008	1 313,74	424	15-04-2008	15-04-2008			18-04-2008	1 313,74	03.03.02.03.05, pp. 1 e 2	
102000907336	27-03-2008 a 24-04-2008	945,80	567	16-05-2008	16-05-2008			20-05-2008	945,80	03.03.02.03.06, pp. 1 e 2	
104000911104	25-04-2008 a 28-05-2008	1 106,22	737	20-06-2008	20-06-2008			25-06-2008	1 106,22	03.03.02.03.07, pp. 1 e 2	
100000948861	29-05-2008 a 25-06-2008	644,81	898	16-07-2008	16-07-2008		Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	21-07-2008	644,81	03.03.02.03.08, pp. 1 e 2	
104000935549	26-06-2008 a 28-07-2008	1 018,79	1 043	26-08-2008	26-08-2008			29-08-2008	1 018,79	03.03.02.03.09, pp. 1 e 2	
106000937551	29-07-2008 a 27-08-2008	960,56	1 157	16-09-2008	16-09-2008			17-09-2008	960,56	03.03.02.03.10, pp. 1 e 2	
108000938051	28-08-2008 a 25-09-2008	1 642,00	1 457	17-11-2008	17-11-2008			20-11-2008	1 642,00	03.03.02.03.11, pp. 1 e 2	
104000972342	26-09-2008 a 28-10-2008	1 129,28	1 465	17-11-2008	17-11-2008			20-11-2008	1 129,28	03.03.02.03.12, pp. 1 e 2	
Total		12 445,82									
								Total	12 445,82		

III.04 – Carta/aviso da EDA, de 15-09-2008

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	
108000962205	29-10-2008 a 26-11-2008	1 018,28	1 763	23-12-2008	23-12-2008	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	29-12-2008	1 018,28	03.03.02.04.01, pp. 1 e 2
108000974344	27-11-2008 a 26-12-2008	750,58	66	21-01-2009	21-01-2009			28-01-2009	750,58	03.03.02.04.02, pp. 1 e 2
100001036066	27-12-2008 a 28-01-2009	1 208,41	180	25-02-2009	25-02-2009			27-02-2009	1 208,41	03.03.02.04.03, pp. 1 e 2
104001022034	29-01-2009 a 25-02-2009	1 028,49	295	18-03-2009	18-03-2009			20-03-2009	1 028,49	03.03.02.04.04, pp. 1 e 2
104001034518	26-02-2009 a 27-03-2009	761,90	443	14-04-2009	14-04-2009			22-04-2009	761,90	03.03.02.04.05, pp. 1 e 2
102001074989	28-03-2009 a 28-04-2009	1 110,16	642	19-05-2009	19-05-2009			20-05-2009	1 110,16	03.03.02.04.06, pp. 1 e 2
104001052869	29-04-2009 a 27-05-2009	1 007,99	806	17-06-2009	17-06-2009			18-06-2009	1 007,99	03.03.02.04.07, pp. 1 e 2
108001040365	28-05-2009 a 26-06-2009	968,80	1 024	23-07-2009	23-07-2009			28-07-2009	968,80	03.03.02.04.08, pp. 1 e 2
106001065977	27-06-2009 a 28-07-2009	1 133,53	1 142	14-08-2009	14-08-2009			19-08-2009	1 133,53	03.03.02.04.09, pp. 1 e 2
102001127000	29-07-2009 a 26-08-2009	1 044,80	1 298	16-09-2009	16-09-2009			17-09-2009	1 044,80	03.03.02.04.10, pp. 1 e 2
106001090935	27-08-2009 a 25-09-2009	1 287,88	1 491	21-10-2009	21-10-2009			22-10-2009	1 287,88	03.03.02.04.11, pp. 1 e 2
104001115228	26-09-2009 a 12-10-2009	875,70	1 680	24-11-2009	24-11-2009			25-11-2009	875,70	03.03.02.04.12, pp. 1 e 2
Total		12 196,52								
								Total	12 196,52	

III.05 – Contrato de 20-10-2009

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.	
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor		
108001102013	21-10-2009 a 25-11-2009	596,91	1 824	15-12-2009	15-12-2009	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	18-12-2009	596,91	03.03.02.05.01, pp. 1 e 2	
108001114174	26-11-2009 a 28-12-2009	540,50	31	02-02-2010	02-02-2010			03-02-2010	540,50	03.03.02.05.02, pp. 1 e 2	
104001152707	29-12-2009 a 27-01-2010	2 078,42	110	22-02-2010	22-02-2010			23-02-2010	2 078,42	03.03.02.05.03, pp. 1 e 2	
104001165104	28-01-2010 a 24-02-2010	981,11	289	23-03-2010	23-03-2010			25-03-2010	981,11	03.03.02.05.04, pp. 1 e 2	
104001179652	25-02-2010 a 26-03-2010	1 034,32	475	23-04-2010	23-04-2010			29-04-2010	1 034,32	03.03.02.05.05, pp. 1 e 2	
104001190288	27-03-2010 a 27-04-2010	1 136,96	593	27-05-2010	27-05-2010			31-05-2010	1 136,96	03.03.02.05.06, pp. 1 e 2	
104001202704	28-04-2010 a 26-05-2010	990,55	749	21-06-2010	21-06-2010			24-06-2010	990,55	03.03.02.05.07, pp. 1 e 2	
100001290147	27-05-2010 a 25-06-2010	1 018,38	873	19-07-2010	19-07-2010			21-07-2010	1 018,38	03.03.02.05.08, pp. 1 e 2	
106001215671	26-06-2010 a 28-07-2010	1 587,88	1 038	25-08-2010	25-08-2010	Vice-Presidente	Ana Maria Oliveira Gonçalves	25-08-2010	1 587,88	03.03.02.05.09, pp. 1 e 2	
100001317328	29-07-2010 a 26-08-2010	1 051,51	1 161	21-09-2010	21-09-2010	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	22-09-2010	1 051,51	03.03.02.05.10, pp. 1 e 2	
108001225262	27-08-2010 a 27-09-2010	1 175,42	1 295	19-10-2010	19-10-2010			22-10-2010	1 175,42	03.03.02.05.11, pp. 1 e 2	
108001237422	28-09-2010 a 27-10-2010	1 924,94	1 518	22-11-2010	22-11-2010			26-11-2010	1 924,94	03.03.02.05.12, pp. 1 e 2	
Total		14 116,90	Total							14 116,90	

III.06 – Carta/aviso da EDA, de 20-09-2010

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.	
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor		
100001358064	28-10-2010 a 25-11-2010	1 162,29	1 629	15-12-2010	15-12-2010	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	20-12-2010	1 162,29	03.03.02.06.01, pp. 1 e 2	
106001277606	26-11-2010 a 28-12-2010	1 292,17	42	18-01-2011	18-01-2011			19-01-2011	1 292,17	03.03.02.06.02, pp. 1 e 2	
106001289816	29-12-2010 a 27-01-2011	982,05	212	02-03-2011	02-03-2011			03-03-2011	982,05	03.03.02.06.03, pp. 1 e 2	
102001356981	28-01-2011 a 24-02-2011	1 199,27	304	16-03-2011	16-03-2011			17-03-2011	1 199,27	03.03.02.06.04, pp. 1 e 2	
104001329249	25-02-2011 a 29-03-2011	1 391,12	549	26-04-2011	26-04-2011			28-04-2011	1 391,12	03.03.02.06.05, pp. 1 e 2	
102001384363	30-03-2011 a 27-04-2011	1 583,43	759	31-05-2011	31-05-2011	Vereador	Francisco Nuno Neves Ávila	31-05-2011	1 583,43	03.03.02.06.06, pp. 1 e 2	
102001397431	28-04-2011 a 27-05-2011	1 290,94	904	21-06-2011	21-06-2011	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	24-06-2011	1 290,94	03.03.02.06.07, pp. 1 e 2	
106001351365	28-05-2011 a 28-06-2011	1 367,03	1 018	18-07-2011	18-07-2011			20-07-2011	1 367,03	03.03.02.06.08, pp. 1 e 2	
104001379875	29-06-2011 a 26-07-2011	2 740,05	1 195	17-08-2011	17-08-2011			22-08-2011	2 740,05	03.03.02.06.09, pp. 1 e 2	
100001483624	27-07-2011 a 26-08-2011	1 492,23	1 357	16-09-2011	16-09-2011			21-09-2011	1 492,23	03.03.02.06.10, pp. 1 e 2	
106001388052	27-08-2011 a 27-09-2011	1 561,72	1 533	17-10-2011	17-10-2011			24-10-2011	1 561,72	03.03.02.06.11, pp. 1 e 2	
104001415994	28-09-2011 a 26-10-2011	3 646,27	1 769	25-11-2011	25-11-2011			28-11-2011	3 646,27	03.03.02.06.12, pp. 1 e 2	
106001412269	27-10-2011 a 10-11-2011	1 275,63	1965	21-12-2011	21-12-2011			22-12-2011	1 275,63	03.03.02.06.13, pp. 1 e 2	
Total		20 984,20	Total							20 984,20	

III.07 – Contrato de 11-11-2011

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	
104001455142	2011-11-11 a 2011-12-28	190,26	170	14-02-2012	14-02-2012	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	27-02-2012	190,26	03.03.02.07.01, pp. 1 e 2
100001568787	2011-12-29 a 2012-01-26	163,24	366	21-03-2012	21-03-2012			26-03-2012	163,24	03.03.02.07.02, pp. 1 e 2
100001568786	2012-01-27 a 2012-02-24	5 793,25							5 793,25	
100001581561	2012-02-25 a 2012-03-28	1 886,89	478	16-04-2012	16-04-2012			20-04-2012	1 886,89	03.03.02.07.03, pp. 1 a 3
100001595122	2012-03-29 a 2012-04-26	2 050,88	661	17-05-2012	17-05-2012			18-05-2012	2 050,88	03.03.02.07.04, pp. 1 e 2
Total		10 084,52	Total							10 084,52

III.08 – Carta/aviso da EDA, de 19-03-2012

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	Doc.
100001608680	27-04-2012 a 29-05-2012	1 923,28	820	18-06-2012	18-06-2012	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	21-06-2012	1 923,28	03.03.02.08.01, pp. 1 e 2
100001625984	30-05-2012 a 27-06-2012	1 679,36	1 049	17-07-2012	17-07-2012			27-07-2012	1 679,36	03.03.02.08.02, pp. 1 e 2
100001640112	28-06-2012 a 27-07-2012	2 762,90	1 172	14-08-2012	14-08-2012			20-08-2012	2 762,90	03.03.02.08.03, pp. 1 e 2
100001653266	28-07-2012 a 28-08-2012	2 025,34	1 370	19-09-2012	19-09-2012			26-09-2012	2 025,34	03.03.02.08.04, pp. 1 e 2
100001666485	29-08-2012 a 26-09-2012	1 853,56	1 540	16-10-2012	16-10-2012			22-10-2012	1 853,56	03.03.02.08.05, pp. 1 e 2
100001684282	27-09-2012 a 26-10-2011	3 225,55	1 656	14-11-2012	14-11-2012			26-11-2012	3 225,55	03.03.02.08.06, pp. 1 e 2
100001701674	27-10-2012 a 27-11-2011	2 231,52	1 853	13-12-2012	13-12-2012			26-12-2012	2 231,52	03.03.02.08.07, pp. 1 e 2
100001725111	28-11-2012 a 13-12-2012	1 012,44	203	25-01-2013	25-01-2013			29-01-2013	1 012,44	03.03.02.08.08, pp. 1 e 2
30000142151	14-12-2012 a 31-01-2013	2 927,88	315	14-02-2013	14-02-2013			25-02-2013	2 927,88	03.03.02.08.09, pp. 1 e 2
Total		19 641,83						Total	19 641,83	

III.09 – Contrato de 18-12-2012

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.	
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor		
100001763225	01-02-2013 a 28-02-2013	1 743,68	541	19-03-2013	19-03-2013	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	21-03-2013	1 743,68	03.03.02.09.01, pp. 1 e 2	
30000145910	01-03-2013 a 31-03-2013	1 788,14	643	15-04-2013	15-04-2013			24-04-2013	1 788,14	03.03.02.09.02, pp. 1 e 2	
30000147476	01-04-2013 a 30-04-2013	1 899,62	760	15-05-2013	15-05-2013			29-05-2013	1 899,62	03.03.02.09.03, pp. 1 e 2	
30000149499	01-05-2013 a 31-05-2013	2 024,19	919	18-06-2013	18-06-2013			21-06-2013	2 024,19	03.03.02.09.04, pp. 1 e 2	
30000151291	01-06-2013 a 30-06-2013	2 129,61	1 088	17-07-2013	17-07-2013			24-07-2013	2 129,61	03.03.02.09.05, pp. 1 e 2	
30000153254	01-07-2013 a 31-07-2013	2 376,95	1 225	20-08-2013	20-08-2013			21-08-2013	2 376,95	03.03.02.09.06, pp. 1 e 2	
30000154869	01-08-2013 a 31-08-2013	2 412,50	1 328	12-09-2013	12-09-2013	Vice-Presidente	Ana Maria Oliveira Gonçalves	19-09-2013	2 412,50	03.03.02.09.07, pp. 1 e 2	
30000156701	01-09-2013 a 30-09-2013	2 123,80	1 547	15-10-2013	15-10-2013	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	17-10-2013	2 123,80	03.03.02.09.08, pp. 1 e 2	
30000158272	01-10-2013 a 31-10-2013	2 003,63	1 692	20-11-2013	20-11-2013			28-11-2013	2 003,63	03.03.02.09.09, pp. 1 e 2	
30000159937	01-11-2013 a 30-11-2013	1 993,04	1 779	16-12-2013	16-12-2013		Mark Anthony Silveira	20-12-2013	1 993,04	03.03.02.09.10, pp. 1 e 2	
100001900265	01-12-2013 a 31-12-2013	2 001,24	189	17-01-2014	17-01-2014			22-01-2014	2 001,24	03.03.02.09.11, pp. 1 e 2	
Total		22 496,40	Total							22 496,40	

III.10 – Carta/aviso da EDA, de 02-12-2013

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.	
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor		
30000163222	01-01-2014 a 31-01-2014	1 856,08	339	20-02-2014	20-02-2014	Presidente	Mark Anthony Silveira	28-02-2014	1 856,08	03.03.02.10.01, pp. 1 e 2	
100001928683	01-02-2014 a 28-02-2014	1 673,92	438	14-03-2014	14-03-2014			27-03-2014	1 673,92	03.03.02.10.02, pp. 1 e 2	
100001943550	01-03-2014 a 31-03-2014	1 932,44	596	15-04-2014	15-04-2014			02-05-2014	1 932,44	03.03.02.10.03, pp. 1 e 2	
100001957192	01-04-2014 a 30-04-2014	1 846,95	714	20-05-2014	20-05-2014	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	23-05-2014	1 846,95	03.03.02.10.04, pp. 1 e 2	
100001971695	01-05-2014 a 31-05-2014	2 276,48	819	18-06-2014	18-06-2014	Presidente	Mark Anthony Silveira	27-06-2014	2 276,48	03.03.02.10.05, pp. 1 e 2	
100001986052	01-06-2014 a 30-06-2014	2 130,17	990	16-07-2014	16-07-2014			24-07-2014	2 130,17	03.03.02.10.06, pp. 1 e 2	
100002000380	01-07-2014 a 31-07-2014	2 385,19	1 159	20-08-2014	20-08-2014	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	21-08-2014	2 385,19	03.03.02.10.07, pp. 1 e 2	
100002015860	01-08-2014 a 31-08-2014	2 443,80	1 305	11-09-2014	11-09-2014	Presidente	Mark Anthony Silveira	12-09-2014	2 443,80	03.03.02.10.08, pp. 1 e 2	
100002029486	01-09-2014 a 30-09-2014	2 212,06	1 483	15-10-2014	15-10-2014	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	20-10-2014	2 212,06	03.03.02.10.09, pp. 1 e 2	
100002044035	01-10-2014 a 31-10-2014	2 106,96	1 671	18-11-2014	18-11-2014	Presidente	Mark Anthony Silveira	25-11-2014	2 106,96	03.03.02.10.10, pp. 1 e 2	
100002058351	01-11-2014 a 30-11-2014	1 839,28	1 867	17-12-2014	17-12-2014	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	18-12-2014	1 839,28	03.03.02.10.11, pp. 1 e 2	
100002072402	01-12-2014 a 31-12-2014	1 977,35	32	21-01-2015	21-01-2015	Presidente	Mark Anthony Silveira	28-01-2015	1 977,35	03.03.02.10.12, pp. 1 e 2	
Total		24 680,68							Total	24 680,68	

III.11 – Carta/aviso da EDA, de 01-12-2014

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	
100002087193	01-01-2015 a 31-01-2015	1 959,69	133	23-02-2015	23-02-2015	Presidente	Mark Anthony Silveira	26-02-2015	1 959,69	03.03.02.11.01, pp. 1 e 2
100002101959	01-02-2015 a 28-02-2015	1 822,53	255	17-03-2015	17-03-2015			24-03-2015	1 822,53	03.03.02.11.02, pp. 1 a 3
100002116551	01-03-2015 a 31-03-2015	2 180,40	400	22-04-2015	22-04-2015			14-05-2015	2 180,40	03.03.02.11.03, pp. 1 a 3
100002131024	01-04-2015 a 30-04-2015	2 686,41	515	27-05-2015	27-05-2015			02-06-2015	2 686,41	03.03.02.11.04, pp. 1 a 3
100002145546	01-05-2015 a 31-05-2015	2 911,78	687	16-06-2015	16-06-2015			18-06-2015	2 911,78	03.03.02.11.05, pp. 1 a 3
100002160251	01-06-2015 a 30-06-2015	3 050,76	879	17-07-2015	17-07-2015	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	21-07-2015	3 050,76	03.03.02.11.06, pp. 1 a 3
030000188444	01-07-2015 a 31-07-2015	3 455,72	1 022	18-08-2015	18-08-2015			26-08-2015	3 455,72	03.03.02.11.07, pp. 1 a 3
100002205381	01-08-2015 a 31-08-2015	3 154,92	1 142	16-09-2015	16-09-2015	Presidente	Mark Anthony Silveira	25-09-2015	3 154,92	03.03.02.11.08, pp. 1 a 3
030000191487	01-09-2015 a 30-09-2015	2 900,40	1 303	14-10-2015	14-10-2015			22-10-2015	2 900,40	03.03.02.11.09, pp. 1 a 3
100002234705	01-10-2015 a 31-10-2015	2 707,17	1 503	20-11-2015	20-11-2015	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	24-11-2015	2 707,17	03.03.02.11.10, pp. 1 a 3
030000194974	01-11-2015 a 30-11-2015	2 597,76	1 729	21-12-2015	21-12-2015	Presidente	Mark Anthony Silveira	22-12-2015	2 597,76	03.03.02.11.11, pp. 1 a 3
100002262924	01-12-2015 a 31-12-2015	2 563,03	18	20-01-2016	20-01-2016			29-01-2016	2 563,03	03.03.02.11.12, pp. 1 a 3
Total		31 990,57								

III.12 – Carta/aviso da EDA, de 30-11-2015

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	
100002276882	01-01-2016 a 31-01-2016	2 546,18	145	18-02-2016	18-02-2016	Presidente	Mark Anthony Silveira	24-02-2016	2 546,18	03.03.02.12.01, pp. 1 a 3
100002291236	01-02-2016 a 29-02-2016	2 454,62	312	15-03-2016	15-03-2016	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	21-03-2016	2 454,62	03.03.02.12.02, pp. 1 a 3
100002305369	01-03-2016 a 31-03-2016	2 738,65	489	20-04-2016	20-04-2016	Presidente	Mark Anthony Silveira	22-04-2016	2 738,65	03.03.02.12.03, pp. 1 a 3
100002322783	01-04-2016 a 30-04-2016	2 724,38	684	27-05-2016	27-05-2016			08-06-2016	2 724,38	03.03.02.12.04, pp. 1 a 3
100002332257	01-05-2016 a 31-05-2016	2 827,85	824	16-06-2016	16-06-2016			23-06-2016	2 827,85	03.03.02.12.05, pp. 1 a 3
100002345920	01-06-2016 a 30-06-2016	2 992,92	1 034	20-07-2016	20-07-2016			27-07-2016	2 992,92	03.03.02.12.06, pp. 1 a 3
104002151115	01-07-2016 a 31-07-2016	3 223,59	1 194	17-08-2016	17-08-2016	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	24-08-2016	3 223,59	03.03.02.12.07, pp. 1 a 3
102002227754	01-08-2016 a 31-08-2016	3 383,19	1 319	14-09-2016	14-09-2016	Presidente	Mark Anthony Silveira	27-09-2016	3 383,19	03.03.02.12.08, pp. 1 a 3
100002388882	01-09-2016 a 30-09-2016	3 000,56	1 509	20-10-2016	20-10-2016			28-10-2016	3 000,56	03.03.02.12.09, pp. 1 a 3
100002400222	01-10-2016 a 31-10-2016	2 792,28	1 667	15-11-2016	15-11-2016			25-11-2016	2 792,28	03.03.02.12.10, pp. 1 a 3
100002417561	01-11-2016 a 30-11-2016	2 727,29	2 123	29-12-2013	29-12-2016			29-12-2016	2 727,29	03.03.02.12.11, pp. 1 a 3
30000216077	01-12-2016 a 31-12-2016	2 629,32	129	21-02-2017	21-02-2017			01-03-2017	2 629,32	03.03.02.12.12, pp. 1 a 3
Total		34 040,83								
								Total	34 040,83	

III.13 – Carta/aviso da EDA, de 28-11-2016

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.	
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor		
100002440234	01-01-2017 a 31-01-2017	2 605,36	130	21-02-2017	21-02-2017	Presidente	Mark Anthony Silveira	01-03-2017	2 605,36	03.03.02.13.01, pp. 1 a 3	
100002454423	01-02-2017 a 28-02-2017	2 415,01	301	06-04-2017	06-04-2017			11-04-2017	2 415,01	03.03.02.13.02, pp. 1 a 3	
106002205487	01-03-2017 a 31-03-2017	2 809,30	386	20-04-2017	20-04-2017			02-05-2017	2 809,30	03.03.02.13.03, pp. 1 a 3	
100002482229	01-04-2017 a 30-04-2017	2 925,30	523	18-05-2017	18-05-2017			26-05-2017	2 925,30	03.03.02.13.04, pp. 1 a 3	
100002496069	01-05-2017 a 31-05-2017	3 177,77	734	19-06-2017	19-06-2017			22-06-2017	3 177,77	03.03.02.13.05, pp. 1 a 3	
100002509556	01-06-2017 a 30-06-2017	3 204,64	964	20-07-2017	20-07-2017			27-07-2017	3 204,64	03.03.02.13.06, pp. 1 a 3	
100002523902	01-07-2017 a 31-07-2017	3 503,58	1 105	22-08-2017	22-08-2017	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	25-08-2017	3 503,58	03.03.02.13.07, pp. 1 a 3	
100002537951	01-08-2017 a 31-08-2017	3 403,17	1 285	18-09-2017	18-09-2017			21-09-2017	3 403,17	03.03.02.13.08, pp. 1 a 3	
100002555362	01-09-2017 a 30-09-2017	3 224,73	1 468	18-10-2017	18-10-2017	Presidente	Mark Anthony Silveira	25-10-2017	3 224,73	03.03.02.13.09, pp. 1 a 3	
100002569840	01-10-2017 a 31-10-2017	3 159,51	1 650	28-11-2017	28-11-2017	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	29-11-2017	3 159,51	03.03.02.13.10, pp. 1 a 3	
100002584094	01-11-2017 a 30-11-2017	2 829,05	1 951	29-12-2017	29-12-2017	Presidente	Mark Anthony Silveira	29-12-2017	2 829,05	03.03.02.13.11, pp. 1 a 3	
100002598908	01-12-2017 a 31-12-2017	3 088,87	79	26-01-2018	26-01-2018			29-01-2018	3 088,87	03.03.02.13.12, pp. 1 a 3	
Total		36 346,29	Total								36 346,29

III.14 – Carta/aviso da EDA, de 05-12-2017

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	
100002613003	01-01-2018 a 31-01-2018	2 815,95	197	21-02-2018	21-02-2018	Presidente	Mark Anthony Silveira	01-03-2018	2 815,95	03.03.02.14.01, pp. 1 a 3
100002627291	01-02-2018 a 28-02-2018	2 600,06	390	20-03-2018	20-03-2018	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	28-03-2018	2 600,06	03.03.02.14.02, pp. 1 a 3
100002642459	01-03-2018 a 31-03-2018	2 806,45	590	18-04-2018	18-04-2018	Presidente	Mark Anthony Silveira	23-04-2018	2 806,45	03.03.02.14.03, pp. 1 a 3
100002656335	01-04-2018 a 30-04-2018	3 018,07	780	16-05-2018	16-05-2018			05-06-2018	3 018,07	03.03.02.14.04, pp. 1 a 3
100002670575	01-05-2018 a 31-05-2018	3 201,68	1 010	19-06-2018	19-06-2018			26-06-2018	3 201,68	03.03.02.14.05, pp. 1 a 3
100002684651	01-06-2018 a 30-06-2018	3 346,75	1 230	23-07-2018	23-07-2018			26-07-2018	3 346,75	03.03.02.14.06, pp. 1 a 3
100002698567	01-07-2018 a 31-07-2018	3 912,35	1 357	17-08-2018	17-08-2018			22-08-2018	3 912,35	03.03.02.14.07, pp. 1 a 3
100002712629	01-08-2018 a 31-08-2018	3 964,07	1 506	18-09-2018	18-09-2018			27-09-2018	3 964,07	03.03.02.14.08, pp. 1 a 3
100002725859	01-09-2018 a 30-09-2018	3 647,43	1 711	23-10-2018	23-10-2018	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	29-10-2018	3 647,43	03.03.02.14.09, pp. 1 a 3
100002739934	01-10-2018 a 31-10-2018	3 590,01	1 946	04-12-2018	04-12-2018	Presidente	Mark Anthony Silveira	10-12-2018	3 590,01	03.03.02.14.10, pp. 1 a 3
104002524904	01-11-2018 a 30-11-2018	3 143,88	2 194	20-12-2018	20-12-2018			21-12-2018	3 143,88	03.03.02.14.11, pp. 1 a 3
100002767364	01-12-2018 a 31-12-2018	3 527,58	30	17-01-2019	17-01-2019	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	23-01-2019	3 527,58	03.03.02.14.12, pp. 1 a 3
Total		39 574,28							Total	39 574,28

III.15 – Carta/aviso da EDA, de 03-12-2018

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	
100002781191	01-01-2019 a 31-01-2019	3 285,39	208	22-02-2019	22-02-2019	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	27-02-2019	3 285,39	03.03.02.15.01, pp. 1 a 3
100002795732	01-02-2019 a 28-02-2019	3 163,48	361	19-03-2019	19-03-2019	Presidente	Mark Anthony Silveira	29-03-2019	3 163,48	03.03.02.15.02, pp. 1 a 3
106002524656	01-03-2019 a 31-03-2019	3 527,38	558	18-04-2019	18-04-2019			24-04-2019	3 527,38	03.03.02.15.03, pp. 1 a 3
100002823588	01-04-2019 a 30-04-2019	3 617,14	731	22-05-2019	22-05-2019			29-05-2019	3 617,14	03.03.02.15.04, pp. 1 a 3
100002838502	01-05-2019 a 31-05-2019	3 848,72	950	21-06-2019	21-06-2019			28-06-2019	3 848,72	03.03.02.15.05, pp. 1 a 3
100002852339	01-06-2019 a 30-06-2019	4 215,52	1 115	16-07-2019	16-07-2019			22-07-2019	4 215,52	03.03.02.15.06, pp. 1 a 3
106002578237	01-07-2019 a 31-07-2019	4 374,62	1 307	29-08-2019	29-08-2019			02-09-2019	4 374,62	03.03.02.15.07, pp. 1 a 3
100002880327	01-08-2019 a 31-08-2019	4 364,77	1 457	24-09-2019	24-09-2019			26-09-2019	4 364,77	03.03.02.15.08, pp. 1 a 3
100002894429	01-09-2019 a 30-09-2019	4 123,32	1 612	28-10-2019	28-10-2019			28-10-2019	4 123,32	03.03.02.15.09, pp. 1 a 3
100002908567	01-10-2019 a 31-10-2019	3 816,76	1 699	21-11-2019	21-11-2019			28-11-2019	3 816,76	03.03.02.15.10, pp. 1 a 3
104002684460	01-11-2019 a 30-11-2019	3 622,65	1 935	19-12-2019	19-12-2019			20-12-2019	3 622,65	03.03.02.15.11, pp. 1 a 3
104002697940	01-12-2019 a 31-12-2019	3 422,33	78	03-02-2020	03-02-2020	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	12-02-2020	3 422,33	03.03.02.15.12, pp. 1 a 3
Total		45 382,08								
								Total	45 382,08	

III.16 – Carta/aviso da EDA, de 09-12-2019

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	
102002781164	01-01-2020 a 31-01-2020	3 178,21	147	20-02-2020	20-02-2020	Presidente	Mark Anthony Silveira	11-03-2020	3 178,21	03.03.02.16.01, pp. 1 a 3
102002794454	01-02-2020 a 29-02-2020	3 132,67	352	02-04-2020	02-04-2020			07-04-2020	3 132,67	03.03.02.16.02, pp. 1 a 4
102002807972	01-03-2020 a 31-03-2020	3 621,11	519	11-05-2020	11-05-2020			13-05-2020	3 621,11	03.03.02.16.03, pp. 1 a 3
104002767107	01-04-2020 a 30-04-2020	3 332,21	754	07-07-2020	07-07-2020			16-07-2020	3 332,21	03.03.02.16.04, pp. 1 a 4
102002850088	01-05-2020 a 31-05-2020	3 192,75	849	21-07-2020	21-07-2020			23-07-2020	3 192,75	03.03.02.16.05, pp. 1 a 4
102002821975	01-06-2020 a 30-06-2020	3 443,18	865	23-07-2020	23-07-2020	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	27-07-2020	3 443,18	03.03.02.16.06, pp. 1 a 3
102002863292	01-07-2020 a 31-07-2020	3 641,60	1 015	26-08-2020	26-08-2020			28-08-2020	3 641,60	03.03.02.16.07, pp. 1 a 4
102002876651	01-08-2020 a 31-08-2020	3 739,78	1 144	17-09-2020	17-09-2020	Presidente	Mark Anthony Silveira	29-09-2020	3 739,78	03.03.02.16.08, pp. 1 a 4
102002890067	01-09-2020 a 30-09-2020	3 441,83	1 324	22-10-2020	22-10-2020			28-10-2020	3 441,83	03.03.02.16.09, pp. 1 a 4
102002904079	01-10-2020 a 31-10-2020	3 369,50	1 554	19-11-2020	19-11-2020			30-11-2020	3 369,50	03.03.02.16.10, pp. 1 a 4
100003092116	01-11-2020 a 30-11-2020	2 918,66	1 983	28-12-2020	28-12-2020			30-12-2020	2 918,66	03.03.02.16.11, pp. 1 a 4
102002931448	01-12-2020 a 31-12-2020	3 120,33	40	03-02-2021	03-02-2021			22-02-2021	3 120,33	03.03.02.16.12, pp. 1 a 4
Total		40 131,83								
								Total	40 131,83	

III.17 – Carta/aviso da EDA, de 30-11-2020

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	
102002944677	01-01-2021 a 31-01-2021	2 953,58	189	08-03-2021	08-03-2021	Presidente	Mark Anthony Silveira	11-03-2020	2 953,58	03.03.02.17.01, pp. 1 a 4
100003133270	01-02-2021 a 28-02-2021	2 585,95	344	05-04-2021	05-04-2021	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	07-04-2020	2 585,95	03.03.02.17.02, pp. 1 a 4
100003153634	01-03-2021 a 31-03-2021	3 086,72	536	29-04-2021	29-04-2021	Presidente	Mark Anthony Silveira	13-05-2020	3 086,72	03.03.02.17.03, pp. 1 a 4
102002985209	01-04-2021 a 30-04-2021	3 037,58	709	27-05-2021	27-05-2021			16-07-2020	3 037,58	03.03.02.17.04, pp. 1 a 4
100003175336	01-05-2021 a 31-05-2021	3 423,90	912	25-06-2021	25-06-2021			23-07-2020	3 423,90	03.03.02.17.05, pp. 1 a 4
102003012651	01-06-2021 a 30-06-2021	3 565,89	1 048	28-07-2021	28-07-2021			27-07-2020	3 565,89	03.03.02.17.06, pp. 1 a 3
100003203578	01-07-2021 a 31-07-2021	3 730,27	1 314	27-08-2021	27-08-2021			28-08-2020	3 730,27	03.03.02.17.07, pp. 1 a 4
100003217678	01-08-2021 a 31-08-2021	4 044,00	1 447	21-09-2021	21-09-2021	Vice-Presidente	Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira	29-09-2020	4 044,00	03.03.02.17.08, pp. 1 a 4
100003231993	01-09-2021 a 30-09-2021	3 447,51	1 665	22-10-2021	22-10-2021	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	28-10-2020	3 447,51	03.03.02.17.09, pp. 1 a 4
100003245488	01-10-2021 a 31-10-2021	3 573,93	1 784	19-11-2021	19-11-2021			30-11-2020	3 573,93	03.03.02.17.10, pp. 1 a 4
100003259919	01-11-2021 a 30-11-2021	3 381,05	2 140	28-12-2021	28-12-2021			30-12-2020	3 381,05	03.03.02.17.11, pp. 1 a 4
100003273547	01-12-2021 a 31-12-2021	3 039,89	93	27-01-2022	27-01-2022			22-02-2021	3 039,89	03.03.02.17.12, pp. 1 a 4
Total		39 870,27								
								Total	39 870,27	

III.18 – Contrato de 20-01-2022

(em Euro)

Fatura			Ordem de pagamento		Autorização de pagamento			Pagamento		Doc.
N.º	Período de faturação	Valor com IVA	N.º	Data	Data do despacho	Cargo	Responsável	Data	Valor	
30000324384	01-01-2022 a 28-01-2022	2 892,57	410	29-03-2022	29-03-2022	Presidente	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	31-03-2022	2 892,57	03.03.02.18.01, pp. 1 a 5
102003120845	29-01-2022 a 28-02-2022	2 579,90							2 579,90	
100003315747	01-03-2022 a 31-03-2022	3 122,53	596	28-04-2022	28-04-2022			29-04-2022	3 122,53	03.03.02.18.02, pp. 1 a 4
100003329414	01-04-2022 a 30-04-2022	3 202,16	743	19-05-2022	19-05-2022			24-05-2022	3 202,16	03.03.02.18.03, pp. 1 a 3
Total		11 797,16	Total						11 797,16	

IV – Fornecimento de energia elétrica para obras - Instrumentos contratuais

(em Euro)

Instrumento contratual	Data do título contratual	Período de faturação	Potência contratada	Responsável	Montante	Doc.
Contrato	12-10-2005	13-10-2005 a 18-10-2006	20,70 kVA	Manuel Joaquim Neves da Costa	6 189,94	03.01.20
Carta/aviso	11-09-2006	19-10-2006 a 26-10-2007	-	Manuel Joaquim Neves da Costa	10 748,96	03.01.20
Carta/aviso	10-09-2007	27-10-2007 a 28-10-2008	-	Manuel Joaquim Neves da Costa	12 445,82	03.01.20
Carta/aviso	15-09-2008	29-10-2008 a 12-10-2009	-	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	12 196,52	03.01.20
Contrato	20-10-2009	21-10-2009 a 27-10-2010	27,60 kVA	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	14 116,90	03.01.20
Carta/aviso	20-09-2010	28-10-2010 a 10-11-2011	-	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	20 984,20	03.01.20
Contrato	11-11-2011	11-11-2011 a 26-04-2012	55,20 kVA	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	10 084,52	03.02.03
Carta/aviso	19-03-2012	27-04-2012 a 31-01-2013	-	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	19 641,83	03.01.20
Contrato	18-12-2012	01-02-2013 a 31-12-2013	55,20 kVA	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	22 496,40	03.02.04
Carta/aviso	02-12-2013	01-01-2014 a 31-12-2014	-	Mark Anthony Silveira	24 680,68	03.01.20
Carta/aviso	01-12-2014	01-01-2015 a 31-12-2015	-	Mark Anthony Silveira	31 990,57	03.01.20
Carta/aviso	30-11-2015	01-01-2016 a 31-12-2016	-	Mark Anthony Silveira	34 040,83	03.01.20
Carta/aviso	28-11-2016	01-01-2017 a 31-12-2017	-	Mark Anthony Silveira	36 346,29	03.01.20
Carta/aviso	05-12-2017	01-01-2018 a 31-12-2018	-	Mark Anthony Silveira	39 574,28	03.01.20
Carta/aviso	03-12-2018	01-01-2019 a 31-12-2019	-	Mark Anthony Silveira	45 382,08	03.01.20
Carta/aviso	09-12-2019	01-01-2020 a 31-12-2020	-	Mark Anthony Silveira	40 131,83	03.01.20
Carta/aviso	30-11-2020	01-01-2021 a 31-12-2021	-	Mark Anthony Silveira	39 870,27	03.01.20
Contrato	20-01-2022	01-01-2022 a 30-04-2022 *	57,04 kVA	Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	11 797,16	03.01.20

Nota: * Data de corte da auditoria. O cancelamento do contrato de fornecimento de energia elétrica para obras foi comunicado às empresas em 27-10-2022 (doc. 03.04.24).

V – Legislação citada

Sigla	Diploma (por ordem cronológica)	Alterações relevantes
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas Lei n.º 98/97, de 26 de agosto	Artigo 82.º da Lei n.º 87-B/98, de 31 de dezembro, Lei n.º 1/2001, de 4 de janeiro, artigo 76.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro, Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto, que a republica, Lei n.º 35/2007, de 13 de agosto, artigo 140.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro, Lei n.º 2/2012, de 6 de janeiro, Lei n.º 20/2015, de 9 de março, que a republica, artigo 248.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, artigo 402.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, artigo 7.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, e artigo 331.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho ¹⁷⁰ .
LFL	Lei das Finanças Locais Lei n.º 42/98, de 6 de agosto ¹⁷¹	Leis n.ºs 87-B/98, de 31 de dezembro, 3-B/2000, de 4 de abril, 15/2001, de 5 de junho, e 94/2001, de 20 de agosto.
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro ¹⁷² Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho Lei n.º 159/99, de 14 de setembro	Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelos Decretos-Lei n.ºs 315/2000, de 2 de dezembro, e 84-A/2002, de 5 de abril, e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro. Revogado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com exceção dos artigos 16.º a 22.º e 29.º. Leis n.ºs 67-A/2007, de 31 de dezembro, e 75/2013, de 12 de setembro. (esta última revoga a Lei n.º 159/99, com efeitos a partir de 30-09-2013).
LAL	Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias Lei n.º 169/99, de 18 de setembro ¹⁷³	Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de janeiro, e 67/2007, de 31 de dezembro, Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e Leis n.ºs 75/2013, de 12 de setembro, e 7-A/2016, de 30 de março.
LFL	Lei das Finanças Locais Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro ¹⁷⁴	Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro.

¹⁷⁰ Posteriormente, a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, foi alterada pelo artigo 48.º da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro.

¹⁷¹ A Lei n.º 42/98, de 6 de agosto, foi revogada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com efeitos a partir de 01-01-2007.

¹⁷² O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 29 de dezembro, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, a partir de 01-01-2017, sem prejuízo de se aplicarem as novas disposições às entidades piloto, a partir de 01-01-2016 (repristinado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, no que se refere ao n.º 1 do ponto 2.3, na parte referente à elaboração das Grandes Opções do Plano, aos n.ºs 3 a 6 do ponto 2.3 e ao ponto 8.3.2 do POCAL).

¹⁷³ A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, revogou grande parte do diploma. Mantêm-se em vigor normas relativas à constituição, composição e organização dos órgãos das autarquias locais.

¹⁷⁴ A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, foi revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com efeitos a partir de 01-01-2014.



Sigla	Diploma (por ordem cronológica)	Alterações relevantes
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro Regulamentação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho	 Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março (que republica). Leis n.ºs 64/2012, de 20 de dezembro, e 66-A/20112, de 31 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho (que republica).
RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	 Leis n.ºs 83-C/2013, de 31 de dezembro, 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 4 de setembro, 7-A/2016, de 30 de março, retificada pela Declaração de Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio, 42/2016, de 28 de dezembro, 114/2017, de 29 de dezembro, 51/2018, de 16 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro, 71/2018, de 31 de dezembro, 2/2020, de 31 de março, 66/2020, de 4 de novembro ¹⁷⁵ .
RJAL	Regime Jurídico das Autarquias Locais Anexo I (Títulos I e II) à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	 Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, e Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro.
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro	 Decretos-Lei n.ºs 85/2016, de 21 de dezembro, e 33/2018, de 15 de maio.

¹⁷⁵ Posteriormente, a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foi alterada pelo artigo 48.º da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro.

VI – Índice do dossiê corrente

N.º (nome do ficheiro)	Documento	Data
	1. Trabalhos preparatórios	-
01.01	Informação n.º 138-2021/DAT-EPA - Denúncia - Fornecimento de energia elétrica pelo Município de São Roque do Pico a empresas instaladas na respetiva zona industrial	24-06-2021
01.02	Informação n.º 246-2021/DAT-EPA - Denúncia - Fornecimento de energia elétrica pelo Município de São Roque do Pico a empresas instaladas na respetiva zona industrial - Encerramento da denúncia	21-12-2021
	2. Plano global de auditoria e comunicação dos trabalhos	-
02.01	Informação n.º 122-2022/DAT-EPA - Plano global da ação	31-05-2022
02.02	Ofício n.º 538-EPA - Auditoria ao pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica de empresas instaladas na respetiva zona industrial	03-05-2022
02.03	Resposta ao ofício n.º 538-EPA	09-05-2022
02.04	Ofício n.º 701-EPA - Auditoria ao pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica de empresas instaladas na respetiva zona industrial - Município de São Roque do Pico	08-06-2022
02.05	Ofício n.º 702-EPA - Auditoria ao pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica de empresas instaladas na respetiva zona industrial - EDA - Eletricidade dos Açores, S.A.	08-06-2022
	3. Documentos recolhidos	-
03.01	Município de São Roque do Pico	-
03.01.01	Anexo I - Ponto 1.1 - Protocolo entre a Câmara Municipal de São Roque do Pico e a Invespico - Sociedade Imobiliária, Lda.	07-10-2002
03.01.02	Anexo II - Ponto 1.2 - Deliberação de aprovação do Protocolo	28-10-2002
03.01.03	Anexo III - Ponto 1.5 - Planta PDM Zona Industrial de São Roque do Pico	-
03.01.04	Anexo IV - Ponto 1.5 - Loteamento Invespico	-
03.01.05	Anexo V - Ponto 1.5 - Complexo Industrial Jaime Tavares	-
03.01.06	Anexo VI - Ponto 1.5 - Loteamento Município de São Roque do Pico	-
03.01.07	Anexo VII - Ponto 1.6 - Listagem das entidades instaladas - Zona Industrial de Santo António	-
03.01.08	Anexo VIII - Ponto 1.7 - Planta de localização - Zona Industrial de Santo António	-
03.01.09	Anexo IX - Ponto 1.8 - Ofício Invespico	29-04-2014
03.01.10	Anexo X - Ponto 1.8 - Aprovação da candidatura ACORES-03-0853-FEDER-000026 - Custo elegível 554 950,81 euros	29-08-2017
03.01.11	Anexo XI - Ponto 1.8 - Visto do processo de fiscalização prévia n.º 022/2018 - Contrato de abertura de crédito no montante de 289 775,85 euros	06-09-2018
03.01.12	Anexo XII - Ponto 1.8 - Visto do processo de fiscalização prévia n.º 006/2019 - Infraestruturação do Parque Empresarial - Zona Industrial de Santo António - São Roque do Pico - 534 000,00 euros + IVA	09-04-2019
03.01.13	Anexo XIII - Ponto 1.8 - Adjudicação Inves Tri Unipessoal, Lda. - 25 953,91 euros	24-06-2022
03.01.14	Anexo XIV - Ponto 1.9 - Ata em Minuta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de São Roque do Pico - Autorização para a realização do investimento	08-11-2017
03.01.15	Anexo XV - Ponto 1.9 - Ata reunião ordinária da Câmara Municipal de São Roque do Pico - Abertura do concurso público	20-02-2017
03.01.16	Anexo XVI - Ponto 1.9 - Ata reunião ordinária da Câmara Municipal de São Roque do Pico - Adjudicação	10-10-2018
03.01.17	Anexo XVII - Ponto 1.9 - Ata reunião ordinária da Câmara Municipal de São Roque do Pico - Resolução do contrato	09-09-2020
03.01.18	Anexo XVIII - Ponto 1.9 - Ata reunião ordinária da Câmara Municipal de São Roque do Pico - Abertura do concurso público	03-02-2021
03.01.19	Anexo XIX - Ponto 1.9 - Ata em Minuta da reunião ordinária da Câmara Municipal de São Roque do Pico - Revogação da decisão de contratar	25-06-2021
03.01.20	Anexo XX - Pontos 3.3, 3.9 e 3.10 - Contrato de fornecimento de energia elétrica e suas prorrogações	-
03.01.21	Anexo XXI - Ponto 4.1 - Anexo III - Despesas com o fornecimento de energia elétrica	-
03.01.22	Anexo XXII - Ponto 5.1 - Atas de Instalação da Assembleia Municipal e Câmara Municipal	-
03.01.23	Anexo XXIII - Ponto 5.2 - Regulamento de organização dos serviços municipais	-
03.01.24	Anexo XXIV - Ponto 5.3 - Normas de controlo interno	-
03.01.25	Anexo XXV - Ponto 5.4 - Plano de prevenção de riscos de gestão de corrupção e infrações conexas	-
03.01.26	Ofício 705/G/35/GAJ - Resposta ao ofício 701-EPA	24-06-2022
03.01.27	Anexo I - Receção provisória da Remodelação do Posto de Transformação da Zona Industrial de São Roque do Pico	28-08-2008
03.01.28	Anexo II - Auto de consignação da Infraestruturação do Parque Empresarial - Zona Industrial de Santo António - São Roque do Pico	03-06-2019



N.º (nome do ficheiro)	Documento	Data
03.01.29	Anexo III - Auto de consignação da Ligação de Infraestruturas ao Loteamento da Invespico - Zona Industrial de Santo António - São Roque do Pico	22-06-2022
03.01.30	Ofício 720/G/37/GAJ - Resposta ao ofício 701-EPA – Elementos adicionais	29-06-2022
03.02	Eletricidade dos Açores - EDA	
03.02.01	Contrato CT 9000035884 - De 12-10-2005 a 12-10-2009	-
03.02.02	Contrato CT 9000081795 - De 20-10-2009 a 10-11-2011	-
03.02.03	Contrato CT 9000099069 - De 11-11-2011 a 13-12-2012	-
03.02.04	Contrato CT 9000107439 - De 18-12-2012 a 31-12-2021	-
03.02.05	Contrato CT 9000182953 - De 20-01-2022 e atualmente em vigor	-
03.02.06	Ofício 29/G/11/DAF - Prorrogação de contrato de obras	13-01-2022
03.03	Município de São Roque do Pico - Trabalhos de campo	-
03.03.01	Atas das reuniões	-
03.03.01.01	Ata n.º 1 - Sónia Cristina Gaspar Baptista - Assistente técnica	06-07-2022
03.03.01.02	Ata n.º 2 - Mark Anthony Silveira - Anterior Presidente	06-07-2022
03.03.01.03	Ata n.º 3 - Manuel Joaquim Neves da Costa - Anterior Presidente	06-07-2022
03.03.01.04	Ata n.º 4 - Nuno Manuel Vieira da Silva Monteiro - Técnico superior	06-07-2022
03.03.01.05	Ata n.º 5 - Sérgio Renato Azevedo de Sousa - Técnico superior	06-07-2022
03.03.01.06	Ata n.º 6 - Paula Cristina da Silva Faria - Técnica superior	07-07-2022
03.03.01.07	Ata n.º 7 - Daniel Ricardo Fonseca Ramos Aleixo Assunção - Chefe do gabinete do Presidente Mark Anthony Silveira	07-07-2022
03.03.01.08	Ata n.º 8 - Mara Célia da Costa Ávila - Assistente técnica	07-07-2022
03.03.01.09	Ata n.º 9 - Fernanda Maria da Silva Ávila - Técnica superior	07-07-2022
03.03.01.10	Ata n.º 10 - Vanda Teresa Ribeiro Areia Baptista - Técnica superior	07-07-2022
03.03.01.11	Ata n.º 11 - Luís Filipe Ramos Macedo da Silva - Presidente	08-07-2022
03.03.02	Ordens de pagamento	-
03.03.02.01	Contrato de 12-10-2005	-
03.03.02.01.01	Ordem de pagamento n.º 1242/2006	14-02-2006
03.03.02.01.02	Ordem de pagamento n.º 1243/2006	14-02-2006
03.03.02.01.03	Ordem de pagamento n.º 1393/2006	16-03-2006
03.03.02.01.04	Ordem de pagamento n.º 1612/2006	26-04-2006
03.03.02.01.05	Ordem de pagamento n.º 1732/2006	25-05-2006
03.03.02.01.06	Ordem de pagamento n.º 1862/2006	14-06-2006
03.03.02.01.07	Ordem de pagamento n.º 2092/2006	17-07-2006
03.03.02.01.08	Ordem de pagamento n.º 2242/2006	18-08-2006
03.03.02.01.09	Ordem de pagamento n.º 2371/2006	13-09-2006
03.03.02.01.10	Ordem de pagamento n.º 2594/2006	24-10-2006
03.03.02.01.11	Ordem de pagamento n.º 2634/2006	17-11-2006
03.03.02.02	Carta/aviso de 11-09-2006	-
03.03.02.02.01	Ordem de pagamento n.º 2898/2006	28-12-2006
03.03.02.02.02	Ordem de pagamento n.º 0042/2007	23-01-2007
03.03.02.02.03	Ordem de pagamento n.º 0200/2007	21-02-2007
03.03.02.02.04	Ordem de pagamento n.º 0339/2007	15-03-2007
03.03.02.02.05	Ordem de pagamento n.º 0498/2007	18-04-2007
03.03.02.02.06	Ordem de pagamento n.º 0644/2007	18-05-2007
03.03.02.02.07	Ordem de pagamento n.º 0792/2007	19-06-2007
03.03.02.02.08	Ordem de pagamento n.º 0926/2007	19-07-2007
03.03.02.02.09	Ordem de pagamento n.º 1039/2007	14-08-2007
03.03.02.02.10	Ordem de pagamento n.º 1153/2007	18-09-2007
03.03.02.02.11	Ordem de pagamento n.º 1269/2007	16-10-2007
03.03.02.02.12	Ordem de pagamento n.º 1468/2007	15-11-2007
03.03.02.03	Carta/aviso de 10-09-2007	-
03.03.02.03.01	Ordem de pagamento n.º 1695/2007	13-12-2007



N.º (nome do ficheiro)	Documento	Data
03.03.02.03.02	Ordem de pagamento n.º 0022/2008	15-01-2008
03.03.02.03.03	Ordem de pagamento n.º 0225/2008	29-02-2008
03.03.02.03.04	Ordem de pagamento n.º 0323/2008	25-03-2008
03.03.02.03.05	Ordem de pagamento n.º 0424/2008	15-04-2008
03.03.02.03.06	Ordem de pagamento n.º 0567/2008	16-05-2008
03.03.02.03.07	Ordem de pagamento n.º 0737/2008	20-06-2008
03.03.02.03.08	Ordem de pagamento n.º 0898/2008	16-07-2008
03.03.02.03.09	Ordem de pagamento n.º 1043/2008	26-08-2008
03.03.02.03.10	Ordem de pagamento n.º 1157/2008	16-09-2008
03.03.02.03.11	Ordem de pagamento n.º 1457/2008	17-11-2008
03.03.02.03.12	Ordem de pagamento n.º 1465/2008	17-11-2008
03.03.02.04	Carta/aviso de 15-09-2008	-
03.03.02.04.01	Ordem de pagamento n.º 1763/2008	23-12-2008
03.03.02.04.02	Ordem de pagamento n.º 0066/2009	21-01-2009
03.03.02.04.03	Ordem de pagamento n.º 0180/2009	25-02-2009
03.03.02.04.04	Ordem de pagamento n.º 0295/2009	18-03-2009
03.03.02.04.05	Ordem de pagamento n.º 0443/2009	14-04-2009
03.03.02.04.06	Ordem de pagamento n.º 0642/2009	19-05-2009
03.03.02.04.07	Ordem de pagamento n.º 0806/2009	17-06-2009
03.03.02.04.08	Ordem de pagamento n.º 1024/2009	23-07-2009
03.03.02.04.09	Ordem de pagamento n.º 1142/2009	14-08-2009
03.03.02.04.10	Ordem de pagamento n.º 1298/2009	16-09-2009
03.03.02.04.11	Ordem de pagamento n.º 1491/2009	21-10-2009
03.03.02.04.12	Ordem de pagamento n.º 1680/2009	24-11-2009
03.03.02.05	Contrato de 20-10-2009	-
03.03.02.05.01	Ordem de pagamento n.º 1824/2009	15-12-2009
03.03.02.05.02	Ordem de pagamento n.º 0031/2010	02-02-2010
03.03.02.05.03	Ordem de pagamento n.º 0110/2010	22-02-2010
03.03.02.05.04	Ordem de pagamento n.º 0289/2010	23-03-2010
03.03.02.05.05	Ordem de pagamento n.º 0475/2010	23-04-2010
03.03.02.05.06	Ordem de pagamento n.º 0593/2010	27-05-2010
03.03.02.05.07	Ordem de pagamento n.º 0749/2010	21-06-2010
03.03.02.05.08	Ordem de pagamento n.º 0873/2010	19-07-2010
03.03.02.05.09	Ordem de pagamento n.º 1038/2010	25-08-2010
03.03.02.05.10	Ordem de pagamento n.º 1161/2010	21-09-2010
03.03.02.05.11	Ordem de pagamento n.º 1295/2010	19-10-2010
03.03.02.05.12	Ordem de pagamento n.º 1518/2010	22-11-2010
03.03.02.06	Carta/aviso de 20-09-2010	-
03.03.02.06.01	Ordem de pagamento n.º 1629/2010	15-12-2010
03.03.02.06.02	Ordem de pagamento n.º 0042/2011	18-01-2011
03.03.02.06.03	Ordem de pagamento n.º 0212/2011	02-03-2011
03.03.02.06.04	Ordem de pagamento n.º 0304/2011	16-03-2011
03.03.02.06.05	Ordem de pagamento n.º 0549/2011	26-04-2011
03.03.02.06.06	Ordem de pagamento n.º 0759/2011	31-05-2011
03.03.02.06.07	Ordem de pagamento n.º 0904/2011	21-06-2011
03.03.02.06.08	Ordem de pagamento n.º 1018/2011	18-07-2011
03.03.02.06.09	Ordem de pagamento n.º 1195/2011	17-08-2011
03.03.02.06.10	Ordem de pagamento n.º 1357/2011	16-09-2011
03.03.02.06.11	Ordem de pagamento n.º 1533/2011	17-10-2011
03.03.02.06.12	Ordem de pagamento n.º 1769/2011	25-11-2011



N.º (nome do ficheiro)	Documento	Data
03.03.02.06.13	Ordem de pagamento n.º 1965/2011	21-12-2011
03.03.02.07	Contrato de 11-11-2011	-
03.03.02.07.01	Ordem de pagamento n.º 0170/2012	14-02-2012
03.03.02.07.02	Ordem de pagamento n.º 0366/2012	21-03-2012
03.03.02.07.03	Ordem de pagamento n.º 0478/2012	16-04-2012
03.03.02.07.04	Ordem de pagamento n.º 0661/2012	17-05-2012
03.03.02.08	Carta/aviso de 19-03-2012	-
03.03.02.08.01	Ordem de pagamento n.º 0820/2012	18-06-2012
03.03.02.08.02	Ordem de pagamento n.º 1049/2012	17-07-2012
03.03.02.08.03	Ordem de pagamento n.º 1172/2012	14-08-2012
03.03.02.08.04	Ordem de pagamento n.º 1370/2012	19-09-2012
03.03.02.08.05	Ordem de pagamento n.º 1540/2012	16-10-2012
03.03.02.08.06	Ordem de pagamento n.º 1656/2012	14-11-2012
03.03.02.08.07	Ordem de pagamento n.º 1853/2012	13-12-2012
03.03.02.08.08	Ordem de pagamento n.º 0203/2013	25-01-2013
03.03.02.08.09	Ordem de pagamento n.º 0315/2013	14-02-2013
03.03.02.09	Contrato de 18-12-2012	-
03.03.02.09.01	Ordem de pagamento n.º 0541/2013	19-03-2013
03.03.02.09.02	Ordem de pagamento n.º 0643/2013	15-04-2013
03.03.02.09.03	Ordem de pagamento n.º 0760/2013	15-05-2013
03.03.02.09.04	Ordem de pagamento n.º 0919/2013	18-06-2013
03.03.02.09.05	Ordem de pagamento n.º 1088/2013	17-07-2013
03.03.02.09.06	Ordem de pagamento n.º 1225/2013	20-08-2013
03.03.02.09.07	Ordem de pagamento n.º 1328/2013	12-09-2013
03.03.02.09.08	Ordem de pagamento n.º 1547/2013	15-10-2013
03.03.02.09.09	Ordem de pagamento n.º 1692/2013	20-11-2013
03.03.02.09.10	Ordem de pagamento n.º 1779/2013	16-12-2013
03.03.02.09.11	Ordem de pagamento n.º 0189/2014	17-01-2014
03.03.02.10	Carta/aviso de 02-12-2013	-
03.03.02.10.01	Ordem de pagamento n.º 0339/2014	20-02-2014
03.03.02.10.02	Ordem de pagamento n.º 0438/2014	14-03-2014
03.03.02.10.03	Ordem de pagamento n.º 0596/2014	15-04-2014
03.03.02.10.04	Ordem de pagamento n.º 0714/2014	20-05-2014
03.03.02.10.05	Ordem de pagamento n.º 0819/2014	18-06-2014
03.03.02.10.06	Ordem de pagamento n.º 0990/2014	16-07-2014
03.03.02.10.07	Ordem de pagamento n.º 1159/2014	20-08-2014
03.03.02.10.08	Ordem de pagamento n.º 1305/2014	11-09-2014
03.03.02.10.09	Ordem de pagamento n.º 1483/2014	15-10-2014
03.03.02.10.10	Ordem de pagamento n.º 1671/2014	18-11-2014
03.03.02.10.11	Ordem de pagamento n.º 1867/2014	17-12-2014
03.03.02.10.12	Ordem de pagamento n.º 0032/2015	21-01-2015
03.03.02.11	Carta/aviso de 01-12-2014	-
03.03.02.11.01	Ordem de pagamento n.º 0133/2015	23-02-2015
03.03.02.11.02	Ordem de pagamento n.º 0255/2015	17-03-2015
03.03.02.11.03	Ordem de pagamento n.º 0400/2015	22-04-2015
03.03.02.11.04	Ordem de pagamento n.º 0515/2015	27-05-2015
03.03.02.11.05	Ordem de pagamento n.º 0687/2015	16-06-2015
03.03.02.11.06	Ordem de pagamento n.º 0879/2015	17-07-2015
03.03.02.11.07	Ordem de pagamento n.º 1022/2015	18-08-2015
03.03.02.11.08	Ordem de pagamento n.º 1142/2015	16-09-2015



N.º (nome do ficheiro)	Documento	Data
03.03.02.11.09	Ordem de pagamento n.º 1303/2015	14-10-2015
03.03.02.11.10	Ordem de pagamento n.º 1503/2015	20-11-2015
03.03.02.11.11	Ordem de pagamento n.º 1729/2015	21-12-2015
03.03.02.11.12	Ordem de pagamento n.º 0018/2016	20-01-2016
03.03.02.12	Carta/aviso de 30-11-2015	-
03.03.02.12.01	Ordem de pagamento n.º 0145/2016	18-02-2016
03.03.02.12.02	Ordem de pagamento n.º 0312/2016	15-03-2016
03.03.02.12.03	Ordem de pagamento n.º 0489/2016	20-04-2016
03.03.02.12.04	Ordem de pagamento n.º 0684/2016	27-05-2016
03.03.02.12.05	Ordem de pagamento n.º 0824/2016	16-06-2016
03.03.02.12.06	Ordem de pagamento n.º 1034/2016	20-07-2016
03.03.02.12.07	Ordem de pagamento n.º 1194/2016	17-08-2016
03.03.02.12.08	Ordem de pagamento n.º 1319/2016	14-09-2016
03.03.02.12.09	Ordem de pagamento n.º 1509/2016	20-10-2016
03.03.02.12.10	Ordem de pagamento n.º 1667/2016	15-11-2016
03.03.02.12.11	Ordem de pagamento n.º 2123/2016	29-12-2016
03.03.02.12.12	Ordem de pagamento n.º 0129/2017	21-02-2017
03.03.02.13	Carta/aviso de 28-11-2016	-
03.03.02.13.01	Ordem de pagamento n.º 0130/2017	21-02-2017
03.03.02.13.02	Ordem de pagamento n.º 0301/2017	06-04-2017
03.03.02.13.03	Ordem de pagamento n.º 0386/2017	20-04-2017
03.03.02.13.04	Ordem de pagamento n.º 0523/2017	18-05-2017
03.03.02.13.05	Ordem de pagamento n.º 0734/2017	19-06-2017
03.03.02.13.06	Ordem de pagamento n.º 0964/2017	20-07-2017
03.03.02.13.07	Ordem de pagamento n.º 1105/2017	22-08-2017
03.03.02.13.08	Ordem de pagamento n.º 1285/2017	18-09-2017
03.03.02.13.09	Ordem de pagamento n.º 1468/2017	18-10-2017
03.03.02.13.10	Ordem de pagamento n.º 1650/2017	28-11-2017
03.03.02.13.11	Ordem de pagamento n.º 1951/2017	29-12-2017
03.03.02.13.12	Ordem de pagamento n.º 0079/2018	26-01-2018
03.03.02.14	Carta/aviso de 05-12-2017	-
03.03.02.14.01	Ordem de pagamento n.º 0197/2018	21-02-2018
03.03.02.14.02	Ordem de pagamento n.º 0390/2018	20-03-2018
03.03.02.14.03	Ordem de pagamento n.º 0590/2018	18-04-2018
03.03.02.14.04	Ordem de pagamento n.º 0780/2018	16-05-2018
03.03.02.14.05	Ordem de pagamento n.º 1010/2018	19-06-2018
03.03.02.14.06	Ordem de pagamento n.º 1230/2018	23-07-2018
03.03.02.14.07	Ordem de pagamento n.º 1357/2018	17-08-2018
03.03.02.14.08	Ordem de pagamento n.º 1506/2018	18-09-2018
03.03.02.14.09	Ordem de pagamento n.º 1711/2018	23-10-2018
03.03.02.14.10	Ordem de pagamento n.º 1946/2018	04-12-2018
03.03.02.14.11	Ordem de pagamento n.º 2194/2018	20-12-2018
03.03.02.14.12	Ordem de pagamento n.º 0030/2019	17-01-2019
03.03.02.15	Carta/aviso de 03-12-2018	-
03.03.02.15.01	Ordem de pagamento n.º 0208/2019	22-02-2019
03.03.02.15.02	Ordem de pagamento n.º 0361/2019	19-03-2019
03.03.02.15.03	Ordem de pagamento n.º 0558/2019	18-04-2019
03.03.02.15.04	Ordem de pagamento n.º 0731/2019	22-05-2019
03.03.02.15.05	Ordem de pagamento n.º 0950/2019	21-06-2019
03.03.02.15.06	Ordem de pagamento n.º 1115/2019	16-07-2019



N.º (nome do ficheiro)	Documento	Data
03.03.02.15.07	Ordem de pagamento n.º 1307/2019	29-08-2019
03.03.02.15.08	Ordem de pagamento n.º 1457/2019	24-09-2019
03.03.02.15.09	Ordem de pagamento n.º 1612/2019	28-10-2019
03.03.02.15.10	Ordem de pagamento n.º 1699/2019	21-11-2019
03.03.02.15.11	Ordem de pagamento n.º 1935/2019	19-12-2019
03.03.02.15.12	Ordem de pagamento n.º 0078/2020	03-02-2020
03.03.02.16	Carta/aviso de 09-12-2019	-
03.03.02.16.01	Ordem de pagamento n.º 0147/2020	20-02-2020
03.03.02.16.02	Ordem de pagamento n.º 0352/2020	02-04-2020
03.03.02.16.03	Ordem de pagamento n.º 0519/2020	11-05-2020
03.03.02.16.04	Ordem de pagamento n.º 0754/2020	07-07-2020
03.03.02.16.05	Ordem de pagamento n.º 0849/2020	21-07-2020
03.03.02.16.06	Ordem de pagamento n.º 0865/2020	23-07-2020
03.03.02.16.07	Ordem de pagamento n.º 1015/2020	26-08-2020
03.03.02.16.08	Ordem de pagamento n.º 1144/2020	17-09-2020
03.03.02.16.09	Ordem de pagamento n.º 1324/2020	22-10-2020
03.03.02.16.10	Ordem de pagamento n.º 1554/2020	19-11-2020
03.03.02.16.11	Ordem de pagamento n.º 1983/2020	28-12-2020
03.03.02.16.12	Ordem de pagamento n.º 0040/2021	03-02-2021
03.03.02.17	Carta/aviso de 30-11-2020	-
03.03.02.17.01	Ordem de pagamento n.º 0189/2021	08-03-2021
03.03.02.17.02	Ordem de pagamento n.º 0344/2021	05-04-2021
03.03.02.17.03	Ordem de pagamento n.º 0536/2021	29-04-2021
03.03.02.17.04	Ordem de pagamento n.º 0709/2021	27-05-2021
03.03.02.17.05	Ordem de pagamento n.º 0912/2021	25-06-2021
03.03.02.17.06	Ordem de pagamento n.º 1048/2021	28-07-2021
03.03.02.17.07	Ordem de pagamento n.º 1314/2021	27-08-2021
03.03.02.17.08	Ordem de pagamento n.º 1447/2021	21-09-2021
03.03.02.17.09	Ordem de pagamento n.º 1665/2021	22-10-2021
03.03.02.17.10	Ordem de pagamento n.º 1784/2021	19-11-2021
03.03.02.17.11	Ordem de pagamento n.º 2140/2021	28-12-2021
03.03.02.17.12	Ordem de pagamento n.º 0093/2022	27-01-2022
03.03.02.18	Contrato de 20-01-2022	-
03.03.02.18.01	Ordem de pagamento n.º 0410/2022	29-03-2022
03.03.02.18.02	Ordem de pagamento n.º 0596/2022	28-04-2022
03.03.02.18.03	Ordem de pagamento n.º 0743/2022	19-05-2022
03.03.03	Extratos das contas 62211 e 6241	-
03.03.03.01	Extrato da conta 62211 - 2005	-
03.03.03.02	Extrato da conta 62211 - 2006	-
03.03.03.03	Extrato da conta 62211 - 2007	-
03.03.03.04	Extrato da conta 62211 - 2008	-
03.03.03.05	Extrato da conta 62211 - 2009	-
03.03.03.06	Extrato da conta 62211 - 2010	-
03.03.03.07	Extrato da conta 62211 - 2011	-
03.03.03.08	Extrato da conta 62211 - 2012	-
03.03.03.09	Extrato da conta 62211 - 2013	-
03.03.03.10	Extrato da conta 62211 - 2014	-
03.03.03.11	Extrato da conta 62211 - 2015	-
03.03.03.12	Extrato da conta 62211 - 2016	-
03.03.03.13	Extrato da conta 62211 - 2017	-



N.º (nome do ficheiro)	Documento	Data
03.03.03.14	Extrato da conta 62211 - 2018	-
03.03.03.15	Extrato da conta 62211 - 2019	-
03.03.03.16	Extrato da conta 6241 – 2020	-
03.03.03.17	Extrato da conta 6241 - 2021	-
03.03.03.18	Extrato da conta 6241 - 2022	-
03.03.04	Conta corrente da despesa - orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01	-
03.03.04.01	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2005	-
03.03.04.02	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2006	-
03.03.04.03	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2007	-
03.03.04.04	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2008	-
03.03.04.05	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2009	-
03.03.04.06	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2010	-
03.03.04.07	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2011	-
03.03.04.08	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2012	-
03.03.04.09	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2013	-
03.03.04.10	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2014	-
03.03.04.11	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2015	-
03.03.04.12	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2016	-
03.03.04.13	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2017	-
03.03.04.14	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2018	-
03.03.04.15	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2019	-
03.03.04.16	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2020	-
03.03.04.17	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2021	-
03.03.04.18	Classificação orgânica 01.02 - orçamental 02.02.01 - 2022	-
03.03.05	Extratos de conta com o fornecedor Eletricidade dos Açores – EDA	-
03.03.05.01	Extrato EDA - 2005	-
03.03.05.02	Extrato EDA - 2006	-
03.03.05.03	Extrato EDA - 2007	-
03.03.05.04	Extrato EDA - 2008	-
03.03.05.05	Extrato EDA - 2009	-
03.03.05.06	Extrato EDA - 2010	-
03.03.05.07	Extrato EDA - 2011	-
03.03.05.08	Extrato EDA - 2012	-
03.03.05.09	Extrato EDA - 2013	-
03.03.05.10	Extrato EDA - 2014	-
03.03.05.11	Extrato EDA - 2015	-
03.03.05.12	Extrato EDA - 2016	-
03.03.05.13	Extrato EDA - 2017	-
03.03.05.14	Extrato EDA - 2018	-
03.03.05.15	Extrato EDA - 2019	-
03.03.05.16	Extrato EDA - 2020	-
03.03.05.17	Extrato EDA - 2021	-
03.03.05.18	Extrato EDA - 2022	-
03.03.06	Conta corrente do contrato de empréstimo para investimento MSRP-CGD	-
03.03.06.01	Conta corrente empréstimo - CGD	-
03.03.06.02	Extrato Curto Prazo - 2019	-
03.03.06.03	Extrato Curto Prazo - 2020	-
03.03.06.04	Extrato Curto Prazo - 2021	-
03.03.06.05	Extrato Curto Prazo - 2022	-
03.03.06.06	Extrato Juros 2019	-

N.º (nome do ficheiro)	Documento	Data
03.03.06.07	Extrato Juros 2020	-
03.03.06.08	Extrato Juros 2021	-
03.03.06.09	Extrato Juros 2022	-
03.03.06.10	Extrato Médio e Longo Prazo - 2019	-
03.03.06.11	Extrato Médio e Longo Prazo - 2020	-
03.03.06.12	Extrato Médio e Longo Prazo - 2021	-
03.03.06.13	Extrato Médio e Longo Prazo - 2022	-
03.03.07	Contrato de Prestação de Serviços entre a EDA e a Câmara Municipal de São Roque do Pico	01-03-2006
03.03.08	Contrato de Prestação de Serviços entre a EDA e a Câmara Municipal de São Roque do Pico	09-03-2022
03.03.09	Exemplo dos contatos - Sistema EDA	-
03.03.10	Anexo I - Empreitada do Parque Empresarial - Autos de medição e informações técnicas	-
03.03.11	Anexo II - Empreitada do Parque Empresarial - Informação fiscalização	04-02-2020
03.03.12	Anexo III - Empreitada do posto de transformação da zona industrial - Autos de medição e informações técnicas	09-07-2008
03.03.13	Anexo IV - Plano de prevenção de riscos de gestão de corrupção e infrações conexas aprovado em 2010 e relatórios anuais	-
03.03.14	Anexo V - Declaração do Presidente - Elaboração de novo Plano de prevenção de riscos de gestão de corrupção e infrações conexas	20-07-2022
03.03.15	Anexo VI - Atas diversas de reuniões da Câmara Municipal relacionadas com o parque empresarial	-
03.03.16	Anexo VII - Empreitada do posto de transformação da zona industrial - Abertura do procedimento e adjudicação	-
03.03.17	Anexo VIII - Documentos vários sobre normas de controlo interno da Câmara Municipal	-
03.03.18	Anexo IX - Regulamento de apoio às Empresas e Aprovação	-
03.03.19	Anexo X - Organogramas da Câmara Municipal 2017-2022	-
03.03.20	Anexo XI - Quadros de pessoal da Câmara Municipal de 2001, 2008, 2014 a 2022	-
03.03.21	Anexo XII - Carta da EDA de 2013 e declaração de compromisso do Município de São Roque do Pico	-
03.03.22	Ata da Câmara Municipal - Revogação do concurso empreitada	25-06-2021
03.03.23	Ofício 812/G/38/GAJ - Remessa de elementos adicionais	20-07-2022
03.04	Município de São Roque do Pico - Documentos adicionais	-
03.04.01	Anexo I - Nomeação do chefe de divisão de obras, urbanismo, serviços urbanos e ambiente	21-01-2020
03.04.02	Anexo II - Norma de controlo interno 2001	-
03.04.03	Anexo III - Norma de controlo interno 2022	-
03.04.04	Anexo IV - Estrutura orgânica dos serviços da Câmara Municipal de São Roque do Pico	04-08-1994
03.04.05	Anexo V - Alteração ao regulamento da estrutura orgânica e ao quadro de pessoal dos serviços municipais	16-07-2001
03.04.06	Anexo VI - Alteração ao quadro de pessoal dos serviços municipais	09-04-2008
03.04.07	Anexo VII - Regulamento de organização dos serviços municipais	27-01-2011
03.04.08	Anexo VIII - Alteração ao regulamento de organização dos serviços municipais	09-06-2014
03.04.09	Anexo IX - Ofício 830/G/39/GAJ - Cancelamento do fornecimento de Energia Elétrica - Lote 21 do Parque Industrial de Santo António/Parque Empresarial de São Roque do Pico	26-07-2022
03.04.10	Anexo X - Renúncia mandato de Presidente da Câmara pelo senhor engenheiro Manuel Joaquim Neves da Costa	25-06-2008
03.04.11	Anexo XI - 2.ª Página EDA	30-11-2020
03.04.12	Ofício 949/G/40/GAJ - Elementos adicionais	09-09-2022
03.04.13	Entrada n.º 1533/22 - Remessa da Norma de controlo interno do Município de São Roque do Pico	03-10-2022
03.04.14	Norma de controlo interno do Município de São Roque do Pico	-
03.04.15	Entrada n.º 1632/22 - Remessa de elementos adicionais	19-10-2022
03.04.16	Ofício 1075/G/43/GAJ - Elementos adicionais	19-10-2022
03.04.17	Anexo I - Fatura n.º 106000573796	27-02-2006
03.04.18	Anexo II - Lista de assinaturas	17-10-2022
03.04.19	Anexo III - Declaração do Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico	17-10-2022
03.04.20	Anexo IV - Ata em minuta da Assembleia Municipal de São Roque do Pico	30-09-2022
03.04.21	Entrada n.º 1632/22 - Remessa de elementos adicionais	03-11-2022
03.04.22	Ofício 1129/G/48/GAJ - Elementos adicionais	03-11-2022
03.04.23	Anexo I - Auto de receção provisória da empreitada de "Ligação de Infraestruturas ao Loteamento da Invespico - Zona Industrial de Santo António - São Roque do Pico"	27-10-2022



N.º (nome do ficheiro)	Documento	Data
03.04.24	Anexo II - Ofício 1106/G/46/GAJ - Comunicação do "Cancelamento do fornecimento de Energia Elétrica - Parque Industrial de Santo António/Parque Empresarial de São Roque do Pico"	27-10-2022
	4. Papéis de trabalho	
04.01	Despesas com o consumo de energia elétrica	-
04.02	Preparação dos trabalhos de campo	-
	5. Relato	
05.01	Relato da ação 22-D262-01ARF4 - Pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica de empresas instaladas na respetiva zona industrial	12-01-2024
	6. Contraditório	
06.01	Ofícios remetidos	
06.01.01	Ofício n.º 184-ST - Envio do relato para contraditório – Município de São Roque do Pico	12-01-2024
06.01.02	Ofício n.º 185-ST - Envio do relato para contraditório – Manuel Joaquim Neves da Costa	12-01-2024
06.01.03	Ofício n.º 186-ST - Envio do relato para contraditório – Luís Filipe Ramos Macedo da Silva	12-01-2024
06.01.04	Ofício n.º 187-ST - Envio do relato para contraditório – Mark Anthony Silveira	12-01-2024
	06.02 Respostas obtidas	
06.02.01	Entrada n.º 177-24 - Resposta dada pelo Município de São Roque do Pico em contraditório	23-01-2024
06.02.02	Ofício n.º 78/G/2/GAJ - Resposta ao ofício n.º 184-ST, de 12-01-2024	23-01-2024
	7. Relatório	
07.01	Relatório n.º 01/2024 – FS/SRATC	29-02-2024